

w.afaform.com e: geral@afaform.comf: www.facebook.com/AFA.arqueologia t: 220 931 295 / 912 442 375

**ESTUDO DE IMPACTE
AMBIENTAL**

**DESCRITOR DE
PATRIMÓNIO
2019**

**SOBREEQUIPAME
NTO DO PARQUE
DE ARGÁ – 2ª FASE**

COORDENAÇÃO GERAL	Artur Fontinha			
COORDENAÇÃO PROJETO	João Silva			
DIREÇÃO CIENTÍFICA	Artur Fontinha			
EQUIPA TÉCNICA	Artur Fontinha Hugo Gomes Mariana Fafiães João Silva			
RESPONSÁVEL DESENHO	Mariana Fafiães Artur Fontinha			
RESPONSÁVEL TOPOGRAFIA	-			
ENTIDADE ENQUADRANTE	AFA – ARQUEOLOGIA CONSERVAÇÃO E RESTAURO			
ENTIDADE CONTRATANTE	PROCESL – ENGENHARIA HIDRÁULICA E AMBIENTAL, LDA			
PROPRIETÁRIO	Baldios de Monteria			
DESPACHO AUTORIZAÇÃO	S-2019/504064(C.S.:1383185)	02.10.19		
ACRÓNIMO	PEA2.19			
DISTRITO	Viana do Castelo			
CONCELHO	Viana do Castelo e Caminha			
FREGUESIA	Montaria, União das Freguesias de Arga de Baixo, Arga de Cima e Arga de S. João			
COORDENADAS	M	P	A	CMP
	41.818514	- 8.715101	811m	27 e 28
DATA DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS REALIZADOS	Início		Fim	
	04.10.19		08.10.19	
DEPÓSITO DA DOCUMENTAÇÃO	Rua Engenheiro Frederico Ulrich, 3659 sala 3.3 4470-605 Moreira da Maia			
DEPÓSITO TEMPORÁRIO DO ESPÓLIO EXUMADO	Rua Engenheiro Frederico Ulrich, 3659 sala 3.3 4470-605 Moreira da Maia			

**FICHA
TÉCNICA**

A AFA – ARQUEOLOGIA CONSERVAÇÃO E RESTAURO, apresenta o Relatório do Descritor de Património do Estudo de Impacte Ambiental do Projeto “Sobreequipamento do Parque Eólico de Arga – 2ª fase” em fase de projecto de Execução.

O presente Estudo, adjudicado pela PROCESL – Engenharia Hicraulica e Ambiental Lda, foi elaborado de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente a lei 107/01 de 08 de Setembro (Lei do Património Cultural); Resolução da Assembleia da República n.º 71/97 que aprova, para ratificação, a Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico através da conservação pelo registo, aberta à assinatura em La Valleta, Malta, em 16 de Junho de 1992; Decreto-Lei n.º 164/2014, de 04 de Novembro (Regulamento de Trabalhos Arqueológicos); Circular de 10 de Setembro de 2004 sobre os “Termos de Referência para o Descritor do Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental”; Circular de 24 de Maio de 2011 do IGESPAR, IP que estabelece as regras de preenchimento das fichas de sítio/trabalho arqueológico; e Circular de 01 de Setembro de 2010 do IGESPAR, IP, que faz uma revisão da circular de 5 de Janeiro de 2007 e que estabelece as regras da documentação fotográfica a constar nos relatórios de trabalhos arqueológicos e Circular de 27 de Dezembro de 2011, sobre documentação digital, tendo sido autorizado pelo ofício S-2019/504064(C.S:1383185) de 02.10.19. O presente Documento resulta da compilação de toda a informação proveniente, quer da pesquisa bibliográfica, quer do trabalho de campo.

Este Documento é composto por:

Relatório Base
Anexos Técnicos

Moreira da Maia, Outubro de 2019

ARTUR FONTINHA, DR.
Arqueólogo

NOTA INTRODUTÓRIA

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	5
CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR	5
DESCRIÇÃO DO PROJETO	5
METODOLOGIA	5
ETAPAS	6
PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL	6
TRABALHO DE CAMPO	7
REGISTO E INVENTÁRIO	7
CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO ACTUAL	8
ENTIDADES CONTACTADAS	8
ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO	8
ENQUADRAMENTO HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICO	8
TRABALHO DE CAMPO NA ÁREA EM ESTUDO	10
OCORRÊNCIAS PATRIMONIAIS IDENTIFICADAS	11
MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO DE IMPACTE	12
AVALIAÇÃO DE IMPACTE	12
MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO	13
CONCLUSÕES E ADVERSIDADES AO CONHECIMENTO	13
PROGRAMA ULTERIOR DE TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	14
PREVISÃO DO PROGRAMA ULTERIOR DE TRABALHOS E MEDIDAS PROVISÓRIAS DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO LOCAL, DATA E FORMA DE PUBLICAÇÃO	14 15
BIBLIOGRAFIA	16
ENQUADRAMENTO LEGAL	16
CARTOGRAFIA	16
BASES DE DADOS INFORMATIZADAS E CONSULTAS NA INTERNET	16
ANEXOS	17
ANEXO I – FICHAS DE AVALIAÇÃO DAS OCORRÊNCIAS PATRIMONIAIS DA ÁREA EM ESTUDO	18
ANEXO II – REGISTO FOTOGRAFICO	32
ANEXO III – CÓPIA DO OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS	39
ANEXO IV – FICHA DE SÍTIO	42
ANEXO V – DESENHOS TÉCNICOS	45

INTRODUÇÃO

O presente Documento insere-se no âmbito do Relatório do Descritor de Património Cultural do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do projeto “Sobreequipamento do Parque Eólico de Arga – 2ª Fase” em fase de projeto de Execução. A sua execução cabe à empresa PROCESL – ENGENHARIA HIDRÁULICA E AMBIENTAL, LDA, que por sua vez adjudicou os trabalhos a AFA – ARQUEOLOGIA CONSERVAÇÃO E RESTAURO. De acordo com a alínea 2 do art.º 12 do decreto Lei n.º 270/88 de 15 de Julho, este relatório dá conhecimento à DRCN e à entidade contratante, da actividade desenvolvida pelo arqueólogo.

Este relatório pretende efectuar a caracterização da área de intervenção em termos geográficos, paisagísticos, históricos e arqueológicos, e a sua integração num contexto mais alargado, neste caso, a delimitação da freguesia a que pertence a área do projeto em questão, de forma a assegurar a salvaguarda de todos os vestígios de interesse patrimonial identificados. Neste âmbito foram analisadas as áreas de implantação directa e indirecta do projeto.

Neste Relatório consta um parecer sobre a necessidade de se proceder ao Acompanhamento Arqueológico, ou à necessidade de se implementar quaisquer Intervenções Arqueológicas de Registo Científico em todas as zonas afectas à empreitada.

CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR

Os trabalhos a realizar darão cumprimento à legislação em vigor, para execução de trabalhos arqueológicos: lei 107/01 de 08 de Setembro (Lei do Património Cultural); Resolução da Assembleia da República n.º 71/97 que aprova, para ratificação, a Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico através da conservação pelo registo, aberta à assinatura em La Valleta, Malta, em 16 de Junho de 1992; Decreto-Lei n.º 164/2014, de 04 de Novembro (Regulamento de Trabalhos Arqueológicos); Circular de 10 de Setembro de 2004 sobre os “Termos de Referência para o Descritor do Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental”; Circular de 24 de Maio de 2011 do IGESPAR, IP que estabelece as regras de preenchimento das fichas de sítio/trabalho arqueológico; e Circular de 01 de Setembro de 2010 do IGESPAR, IP, que faz uma revisão da circular de 5 de Janeiro de 2007 e que estabelece as regras da documentação fotográfica a constar nos relatórios de trabalhos arqueológicos e Circular de 27 de Dezembro de 2011, sobre documentação digital.

DESCRIÇÃO DO PROJETO

O projeto de Sobreequipamento do Parque Eólico de Arga – 2ª Fase, será avaliado em fase de estudo prévio, e contempla a instalação de 1 aerogerador, de 2,39 MW de potência nominal, com duas alternativas de localização, ambas na freguesia da Montaria, no concelho de Viana do Castelo. A ligação à rede elétrica é feita na subestação do próprio parque eólico através dos ramais existentes. O atual parque eólico é composto por 14 aerogeradores, localizados na União das freguesias de Arga (Baixo, Cima e São João), no concelho de Caminha.

METODOLOGIA

Neste capítulo apresenta-se a Metodologia utilizada para Estudo de Situação de Referência ao nível do Descritor do Património que teve como directiva a Circular do extinto Instituto Português de Arqueologia (IPA), de 10 de Setembro de 2004 sobre os “Termos de Referência para o Descritor do Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental”.

A área onde será implementado o projecto em causa foi alvo de uma análise por forma a obter um conhecimento mais aprofundado do espaço no que respeita à sua antropização ao longo dos tempos, englobando as valências **arqueológica, patrimonial, arquitectónica e etnográfica**.

Foram considerados como Elementos Patrimoniais relevantes, materiais, estruturas e sítios, agrupando-os da seguinte forma:

. Elementos abrangidos por figuras de protecção, Imóveis Classificados ou outros Monumentos e sítios incluídos nas cartas de condicionantes do PDM (Plano Director Municipal). No caso de Monumentos Nacionais existe segundo a Lei n.º. 107/2001 de 8 de Setembro uma zona de protecção de 50m e uma zona especial de protecção de 50m (ZEP), onde estão impedidas construções e alterações de topografia, os alinhamentos e as cêrceas e em geral a distribuição de volumes e coberturas ou revestimento exterior dos edifícios;

- . Elementos de reconhecido interesse patrimonial ou científico que, não estando abrangidos no item anterior, constem de trabalhos científicos ou de inventários patrimoniais;
- . Elementos caracterizadores e tipificantes de uma efectiva humanização do território, da sua estruturação, organização e exploração em moldes tradicionais.

Foi também estabelecido um critério de definição das ocorrências consideradas como integráveis no tratamento deste Documento: vestígios arqueológicos per si (quer achados isolados, quer áreas de concentração de materiais e/ou estruturas); vestígios de vias de comunicação; vestígios de mineração, pedreiras e extracção de outras matérias-primas; estruturas hidráulicas e industriais; estruturas defensivas e de limitação de propriedade; estruturas de apoio a actividades agro-pastoris. No presente Estudo, estes dados foram denominados, de forma genérica, como Ocorrências Patrimoniais.

A natureza do património foi assim dividida em três categorias distintas: **Património arqueológico**, **Património arquitectónico**, **Património etnográfico**. Porém, esta atribuição não se apresenta como linear. O limiar conceptual entre o que é integrável em qualquer uma das vertentes não é claro e não são categorias estanques. Uma mesma ocorrência pode enquadrar-se em duas ou mesmo nas três. No quadro de referenciação de ocorrências, foi optado salientar aquela em que cada registo adquire particular destaque, ponderando toda a subjectividade implícita na escolha.

Foram tomados em atenção dois tipos de impacte que poderão ocorrer: Impacte directo negativo, quando o Elemento Patrimonial sofresse destruição; Impacte indirecto negativo, quando a Ocorrência Patrimonial pudesse ser afectado visualmente, pela passagem de maquinaria e pessoal afectos à obra ou devido ao revolvimento de solos na sua proximidade. Os materiais arqueológicos que pudessem vir a ser recolhidos seriam devidamente tratados (lavagem, marcação) e inventariados, sendo os mais significativos desenhados e fotografados. Após a conclusão dos trabalhos seriam acondicionados em contentor padronizado e entregues na extensão correspondente da DGPC (Direcção Geral do Património Cultural).

ETAPAS

A **Caracterização de Referência** do Património Cultural foi elaborada com base nas seguintes etapas de trabalho:

- 1 Recolha de elementos em fontes documentais, realizada antes do trabalho de campo e que permitissem reconhecer as Ocorrências Patrimoniais pré-existentes na área afecta ao projecto;
- 2 Para além da pesquisa bibliográfica foi necessário proceder a prospecções sistemáticas, que permitissem uma melhor avaliação do potencial arqueológico da área do projecto e de toda a envolvente;
- 3 Sistematização e registo sob a forma de inventário.

PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL

A realização da pesquisa bibliográfica e documental baseou-se num conjunto variado de fontes de informação, sendo a sua área de Estudo estendida até um mínimo 2 km para além dos limites externos da área do projecto, de modo a proceder à contextualização e caracterização da ocupação humana do território de incidência directa e indirecta ao projecto e da sua envolvente e obter uma leitura integrada das Ocorrências Patrimoniais existentes, permitindo, assim definir melhor a magnitude dos impactes:

- Foi assim consultada bibliografia específica, documentação, Cartas Arqueológicas, inventários de Património Arqueológico e Arquitectónico e PDM (Planos de Pormenor Municipais);
- Consultadas as seguintes bases de dados: Endovélico em www.arqueologia.patrimoniocultural.pt/;
- www.igespar.pt/; www.patrimoniocultural.pt/flexviewers/Atlas_Patrimonio/default.htm e www.monumentos.pt/Site/APP;
- Contactados investigadores com publicações ou projectos de investigação sobre a área em Estudo;
- Paralelamente, foi realizada uma análise toponímica e fisiográfica da cartografia nos suportes cartográficos disponíveis para a zona em Estudo, nomeadamente a Carta Militar de Portugal na escala 1: 25 000 (IGeoE), com o intuito de detectar indícios toponímicos e designações com interesse que pudessem reportar a existência de elementos de interesse patrimonial.

Todos os dados recolhidos foram posteriormente relocalizados no terreno, tendo em atenção dois tipos diferentes de realidades: sítios arqueológicos identificados através da existência de

vestígios materiais (registados na bibliografia e bases de dados); e sítios de potencial arqueológico, identificados através de dados e interpretações bem justificadas (toponímia, indícios fisiográficos, etc.) sobre a possível existência de sítios não evidenciados fisicamente.

TRABALHO DE CAMPO

O trabalho de campo consistiu numa batida sistemática do terreno quer na área de incidência directa, como indirecta, apoiada por cartografia em formato papel, e na georeferenciação com GPS, sempre que a topografia do terreno assim o permitiu. Foram igualmente introduzidas as coordenadas das estruturas e sítios conhecidos previamente, para proceder à verificação e possível correcção de todas as localizações facultadas na fase anterior. Neste trabalho foram utilizadas as Cartas Militares de Portugal à escala 1: 25 000 folha n.º 27 e 28 (IGeoE) e a carta com a implantação da área a ser afectada pelo projecto com implantação da obra, disponibilizada pela PROCESL – ENGENHARIA HIDRÁULICA E AMBIENTAL, LDA.

Prospectou-se de forma sistemática, progredindo de forma zigzagueante e paralela com malha apertada.

Os materiais arqueológicos que eventualmente viessem a ser identificados no decurso do trabalho de campo seriam recolhidos e georreferenciados os limites externos das manchas de dispersão de materiais arqueológicos, com vista a uma melhor inserção na planta de projecto e consequente avaliação de impacte.

Contudo, procurou-se também proceder ao registo de outras ocorrências de interesse patrimonial na área envolvente, sempre que algum elemento se destacasse como de particular relevância.

Paralelamente foi feita recolha de informação oral de carácter específico ou indiciário.

Foi ainda realizado um levantamento fotográfico em formato digital tendo como directiva a Circular do extinto Instituto Português de Arqueologia (IPA), de 01 de Setembro de 2010 sobre a “Documentação Fotográfica a constar nos Relatórios de Trabalhos Arqueológicos das diversas áreas do projecto em Estudo com o objectivo, não só de enquadramento paisagístico, mas também, para registo do grau de visibilidade do solo, bem como das Ocorrências Patrimoniais identificadas.

REGISTO E INVENTÁRIO

Nesta fase foi elaborado um Relatório de sintetização dos resultados obtidos. Uma cópia desse Documento, após o seu terminus e aprovado pela entidade adjudicadora (o que deverá suceder até 30 dias após a sua entrega), foi obrigatoriamente enviada à DGPC, de acordo com o Decreto-Lei n.º 117/97 (lei Orgânica do Instituto Português de Arqueologia) e com o Decreto-Lei n.º 270/99 de 15 de Julho que Regulamenta os Trabalhos Arqueológicos.

Este registo obedeceu aos seguintes critérios:

- . Organização da informação recolhida em fase de consulta documental das áreas de afectação directa e indirecta do projecto;
- . Organização da informação recolhida em fase de trabalho de campo das áreas de afectação directa e indirecta do projecto;
- . Resultados obtidos através da consulta oral de carácter específico ou indiciário;
- . Indicação dos resultados da análise toponímica, realçando aqueles cuja interpretação pudesse conduzir à identificação de sítios arqueológicos;
- . Descrição dos solos da área em Estudo;
- . Descrição das condições de visibilidade do solo da área em Estudo e a sua representação cartográfica;
- . Implantação cartográfica e descrição de Ocorrências Patrimoniais, caso estas fossem identificadas. Assim como desenho de campo quando fosse necessário;
- . Localização de estaleiros, depósitos, vazadouros e empréstimos (caso se conhecesse a sua localização nesta fase do projecto);
- . Informação sobre as distâncias de cada Ocorrência Patrimonial às áreas de afectação directa e indirecta do projecto;
- . Classificação e descrição dos materiais arqueológicos, caso estes viessem a surgir no decorrer dos trabalhos de prospecção arqueológica;
- . Inventariação sumária das Ocorrências Patrimoniais identificados, com vista à hierarquização da sua importância científica e patrimonial e avaliação dos impactes com explicitação dos critérios utilizados;
- . Proposta de medidas preventivas de carácter geral e específico e indicação da fase e

subsequentes, em que deveriam ser implementadas.

Durante os trabalhos de prospecção e levantamento documental foi preenchida uma ficha específica com os critérios previamente definidos para todas as Ocorrências Patrimoniais identificadas, onde se encontram todas as informações necessárias à sua identificação *in situ*. Essa ficha teve por modelo a base de dados do “Endovélico” do extinto IPA e o Documento de Trabalho – Versão 1 da APA (Associação Profissional de Arqueólogos) “Metodologia de Avaliação de Impacte Arqueológico”.

CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO ACTUAL

O objectivo primordial do trabalho foi identificar o maior número de sítios, vestígios e monumentos inseridos dentro da potencial área de incidência de obras, bem como, avaliar o tipo e dimensão dos potenciais impactes sobre estas ocorrências de valor patrimonial.

As realidades de considerado interesse arqueológico, arquitectónico e etnográfico foram registadas através de um número de ordem inscrito nas folhas da Carta Militar de Portugal, Serviço Cartográfico do Exército (IGeoE), à escala 1:25 000.

ENTIDADES CONTACTADAS

No âmbito do desenvolvimento deste Documento foram realizados os seguintes contactos:

DRCN

- Pedido de Autorização de Trabalhos Arqueológicos.

Câmara Municipal de Viana do Castelo e Caminha

- Pedidos de informação sobre o património arqueológico e arquitectónico;

- Pedido de informação sobre a carta de condicionantes do PDM.

ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

A área em estudo encontra-se dentro da freguesia de Montaria no concelho de Viana do Castelo. No entanto os caminhos de acesso às antenas são dentro das antigas freguesias de Arga de Baixo e Arga de Cima da atual União das Freguesias de Arga de Baixo, Arga de Cima e Arga de S. João, concelho de Caminha. Localizam-se na Região Norte (NUT II), no Minho-Lima (NUT III).

O concelho de Viana do Castelo tem uma área de 318,6 km², distribuída por 40 freguesias. O concelho de Caminha estende-se por uma área de aproximadamente 137,4 km², dividido em 20 freguesias (VER ANEXO V, DESENHOS 1, 2, 3).



Figura 1: Enquadramento geográfico nacional à esquerda e distrital à direita



ENQUADRAMENTO HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICO

Montaria:

As origens de Montaria estão para além da nossa história. Assim é que, determinados vestígios castrejos são conhecidos nesta freguesia dando conta da sua antiguidade. Refira-se, nessa matéria, o pequeno castro no lugar de Castelão. Esses antigos habitantes, provavelmente, também iam ao cimo da serra de Arga desfrutar das lindas paisagens, donde se avista o mais longínquo horizonte em todas as direcções, inclusive no sentido norte/poente onde, o mar por um lado e para além de Caminha, e a Galiza e pelo outro, fazem o deleite de muitos. No sentido nascente/sul a paisagem, também, não fica a dever já que, se podem observar as áreas concelhias de Arcos de Valdevez, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Viana do Castelo e, também, Braga.

Aqui, nasce o rio Âncora e outros ribeiros de importância no ecossistema da região. Em resultado desses cursos de água, os moinhos e azenhas construídos e a funcionar juntos ao leito sinuoso dos riachos e corredeiras, são uma mais valia para a dignificação turística de Montaria. No alto da Serra de Arga, mais precisamente no local da Senhora do Minho, em muitos Invernos, pode-se apreciar a neve, sendo mais uma atracção desta freguesia e motivo de romaria para os mais curiosos.

Em relação às Capelas existentes na freguesia contam-se as seguintes; Capela da N. Sra da Conceição e Capela de S. Brás no lugar da Torre, Capela do Sr. do Socorro, no lugar de Espantar, Capela de São Mamede, no lugar de Trazâncora e Capela de São Francisco, e S. Frutuoso no lugar de Pedrulhos.

Ainda, no que diz respeito a história da Freguesia, no Inventário Colectivo dos Registos Paroquiais, Vol. 2 Norte, Arquivos Nacionais /Torre do Tombo, lê-se na íntegra:

«Segundo o Dr. Figueiredo da Guerra, a actual freguesia de São Lourenço da Montaria foi chamada primitivamente de São Mamede dos Pedrulhos, pelo sítio dos pedregulhos em que se situava. Constituída apenas por 6 ou 7 casais, recebia, aos domingos e dias santos, um religioso do convento de São João de Arga, que ali se deslocava para celebrar a missa. Mais tarde tomou o nome de São Lourenço de Breteandelos, na vertente do Breteal, um alto da serra de Arga, sendo a igreja mudada para o sítio da Portudeira.

Na verdade, figura na relação das igrejas, organizada por ocasião das Inquirições de D. Afonso III, em 1258, sob a designação de “ecclesia de Bretenadelos”. Em meados do século XIV, a igreja foi novamente mudada para o sítio da Louza, já com a denominação actual de São Lourenço da Montaria.

Ainda hoje chamam “Igreja Velha” ao sítio onde esteve a igreja antiga, assinalado por um cruzeiro. Em 1546, no registo da verificação do rendimento anual das igrejas, benefícios e mosteiros da comarca de Valença do Minho, São Lourenço da Montaria é avaliada em 40 mil réis. O Censual de D. Frei Baltasar Limpo regista que esta igreja era, na época, da apresentação da mesa arcebispal, tendo o prelado parte nela.

Estava-lhe anexa perpetuamente São Miguel de Murteda.

Em 1714, a igreja paroquial foi novamente mudada, para o lugar onde actualmente se conserva. Américo Costa descreve-a como uma abadia da apresentação da Mitra.

Em termos administrativos, pertenceu, em 1839, à comarca de Ponte de Lima e, em 1852, à de Viana do Castelo.»

Arga de Baixo:

A respeito da história desta freguesia, e que agora sim documentado, no livro “Inventário Colectivo dos Arquivos Paroquiais vol. II Norte Arquivos Nacionais/Torre do Tombo” diz textualmente:

«A primeira referência histórica a esta freguesia encontra-se no Censual de D. Frei Baltasar Limpo (1551-1581). Neste documento alude-se a Santa Maria da Ladeira, que atendendo às confrontações indicadas para a sua localização, se pode identificar com Arga de Baixo.

Foi curato da apresentação do abade de Covas, a quem estavam reservados metade de dois prestimónios da Ordem de Cristo.

Em meados do século XVIII já estava construída a igreja paroquial, como atesta a data inscrita num cunhal da igreja e o próprio Inquérito Paroquial de 1758.

A Estatística Paroquial de 1862, contudo, refere-a como sendo da apresentação da Casa do Infantado, tendo passado mais tarde a vigairaria.

Segundo o P. Cardoso, Santa Maria de Arga estava sujeita no foro secular às justiças da Vila de Caminha e no eclesiástico às de Valença.

Nos censos dos anos de 1911 a 1930 tinha anexada a freguesia de Arga de Cima.»

Em Arga de Baixo tal como em outras terras desta região, a agricultura na economia local subsiste até hoje. Contudo, esta é, na sua totalidade, de auto-subsistência e caracterizada pela produção doméstica de vinho, batata, feijão e milho e pela pastorícia.

Arga de Cima:

A respeito da história desta freguesia, no livro “Inventário Colectivo dos Arquivos Paroquiais vol. II Norte Arquivos Nacionais/Torre do Tombo” diz textualmente:

«No censual de D. Frei Baltazar Limpo (1551-1581), refere-se que esta freguesia pertencia, na época, ao mosteiro das freiras beneditinas de Valboa, situado em Campos, Vila Nova de Cerveira.

Nos Inquéritos Paroquiais de 1758, porém, esta igreja é mencionada como às religiosas do convento de Santa Ana, de Viana do Castelo, que tinham o direito da apresentação do vigário.

Na verdade, o mosteiro de Valboa, com todos os seus bens, fora ao tempo incorporado neste convento. À abadesa do dito convento pertenciam os dízimos da freguesia, cabendo-lhe, em contrapartida, a obrigação de pagar ao pároco uma cômputa de 12 mil réis.

Segundo o Padre Cardoso, a freguesia esteve sujeita no foro secular às justiças da vila de Caminha e, no eclesiástico, às da vila de Valença.

A freguesia estava anexada administrativamente à vizinha freguesia de Arga de Baixo, até 1904, aquando do alvará de 9 de Dezembro.

Nos censos de 1911 a 1930 tinha anexada a freguesia de Arga de Baixo.»

Na pesquisa documental de 2km em volta da área de projecto foram identificados 4 topónimos que poderão evidenciar sítios arqueológicos: Alto da Portela, Covão, Lameiras, Penedo das Couves, Chão das Sinzedas, Outeiro do Homes, Alto da Chazinha.

Foi ainda consultado o relatório de EIA de 2001 Empreendimentos Eólicos da Espiga, S.A. referente à área em Estudo realizado pela empresa Prosistemas.

No quadro 1 são indicados os Monumentos Classificados/em Vias de Classificação ao abrigo da legislação nacional e no quadro 2 os locais arqueológicos que constam na base de dados "Endovélico" da DGPC, das freguesias de implantação do projeto:

DESIGNAÇÃO	CATEGORIA/ TIPOLOGIA	LOCALIZAÇÃO		PROTECÇÃO LEGAL	DECRETO		ENDEREÇO/ LOCAL
		(CONCELHO/FREGUESIA)			HOMOLGAÇÃO	ZEP	
Santuário de São João de Arga	Arquitectura Religiosa / Mosteiro	Caminha	Arga (Baixo, Cima e São João)	MN - Monumento Nacional	18/2013, DR, 1.ª série, n.º 119, de 24-06-2013		Arga de Baixo

Quadro 1 Imóveis classificados/em vias de classificação

Legenda: ZEP – Zona Especial de proteção

DESIGNAÇÃO/ PROCESSO	CATEGORIA/ TIPOLOGIA	LOCALIZAÇÃO		CRONOLOGIA	CN S	MEI O	DESCRIÇÃO
Montaria	Povoado Fortificado	Viana do Castelo	Montaria	Idade do Ferro	2609	T	
Montaria - Viana do Castelo	Achado(s) Isolado(s)	Viana do Castelo	Montaria	Moderno	26442	T	Azulejos salvos de naufrágio e aplicados numa capela-mor
São João de Arga	Capela	Caminha	Arga (Baixo, Cima e São João)	Indeterminado	4460	T	Segundo as tradições locais no local onde hoje se ergue o Santuário, existiu um Mosteiro Beneditino, remontável à época da Alta Idade Média. O que é possível observar é uma pequena capela, ladeada por um conjunto de edificações. A fachada principal nada tem a ver com a primitiva construção, deve datar do Século XVIII. Apresenta imagens de santos do Séc. XVII.

Quadro 2 Sítios arqueológicos identificados na base de dados do Endovélico

Legenda: CNS - Código nacional de sítio; Meio – terrestre ou aquático

TRABALHO DE CAMPO NA ÁREA EM ESTUDO

Esta fase de trabalhos tem como objetivo o reconhecimento, descrição, classificação e inventariação dos dados inventariados durante a fase de pesquisa documental e o reconhecimento de indícios toponímicos e fisiográficos que apontem para a presença de outros vestígios inéditos relativos aos elementos de interesse arqueológico, histórico, etnográfico e patrimonial construído na área a ser afectada.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 270/99, de 15 de Julho – Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos, considerando as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 287/2000, de 10 de Novembro), foi elaborado um pedido de Autorização para Trabalhos Arqueológicos à DRCN.

Os trabalhos de campo foram realizados no dia 4 e 5 de Outubro. A visibilidade do terreno, no geral era parcial (VER ANEXO V, DESENHO 3) e as condições meteorológicas adequadas. Da análise fisiográfica não foram identificados vestígios inéditos.

Em relação à localização de estaleiro de obra. Estão previstas duas opções, uma para a alternativa 1 junto à A02 e a outra junto à A10 para a alternativa 2. As áreas de estaleiro foram igualmente prospetadas. A sua localização está incluída nos desenhos de projeto.

Emprestimos e vazadouros, não se procedeu à sua localização no âmbito do estudo em epígrafe, uma vez que serão definidas durante a fase de construção do projeto.




A área em estudo é caracterizada na zona dos aerogeradores por uma grande quantidade de vegetação autóctone muito densa e com uma grande quantidade de afloramentos em granito. Os terrenos na sua maioria não se encontram limpos pelo que a visibilidade no geral é muito fraca.

Em termos geográficos estamos na presença de uma área plana na zona dos aerogeradores. O solo é constituído por terras argilosas.

OCORRÊNCIAS PATRIMONIAIS IDENTIFICADAS

Neste estudo foram identificadas 8 Ocorrências patrimoniais de caráter etnográfico dentro das áreas de incidência direta e indireta.

Nº	DESIGNAÇÃO	CATEGORIA	CRONOLOGIA	LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	TOPONIMO	FONTES	LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJECTO
1	1	Etnográfica	Contemporâneo	Viana do Castelo, Viana do Castelo, <small>Monsende</small>	Alto da	Prospecção	44m a Oeste do caminho para a A015 - <small>Abacostães 1</small>
DESCRIÇÃO	Pequeno abrigo redondo da pedra emparelhada seca e muito rudimentar. Cerca de 1,5m de altura por 1 de diâmetro						
2	2	Etnográfica	Contemporâneo	Viana do Castelo, Viana do Castelo, <small>Monsende</small>	Alto da	Bibliográfica	18m a Este do caminho para a A015 - <small>Abacostães 1</small>
DESCRIÇÃO	Malhão de várias placas de granito sobrepostas com cerca de 0,6m de altura e 0,4m de comprimento, assente sobre o afloramento rochoso						
3	3	Etnográfica	Contemporâneo	Viana do Castelo, Viana do Castelo, <small>Monsende</small>	Porta do	Bibliográfica	Passa a Oeste e Este do caminho para a A015 - <small>Abacostães 1</small>
DESCRIÇÃO	Via com cerca de 3200m. Mais visível e perceptível em alguns troços, mas diluída na paisagem em outros. Algumas secções é constituída por calçada de blocos de granito e noutros apenas terra batida. É ainda perceptível marcas de roda ao longo do traçado						
4	4	Etnográfica	Contemporâneo	Viana do Castelo, Viana do Castelo, <small>Monsende</small>	Penedo	Bibliográfica	13m a norte do caminho para a A015 - <small>Abacostães 1</small>
DESCRIÇÃO	Amplio muro, de planta subcircular, com cerca de 100 metros de diâmetro, construído com pedras de aparelho ciclópico, por vezes fincadas no solo, implantado numa chã, com vários hectares de área cercada						
5	5	Etnográfica	Contemporâneo	Viana do Castelo, Viana do Castelo, <small>Monsende</small>	Penedo	Bibliográfica	190m a Este do caminho para a A015 - <small>Abacostães 1</small>
DESCRIÇÃO	Mina a céu aberto, com canal escavado no afloramento rochoso. O desmonte tem cerca de 15m de comprimento e 1m de largura						

Nº	DESIGNAÇÃO	CATEGORIA	CRONOLOGIA	LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	TOPÓNIMO	FONTES	LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJECTO
6	6	Etnográfica	Contemporâneo	Viana do Castelo, Viana do Castelo, <i>Manteira</i>	Porta do	Bibliográfica	120m a Este do caminho para a A015 - <i>Manteira</i> 1
DESCRIÇÃO	Abrigo natural resultante do deslocamento de uma laje granítica, proporcionando um espaço de secção piramidal. À entrada é visível um pequeno murete						
Nº	DESIGNAÇÃO	CATEGORIA	CRONOLOGIA	LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	TOPÓNIMO	FONTES	LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJECTO
7	7	Etnográfica	Contemporâneo	Viana do Castelo, Viana do Castelo, <i>Manteira</i>	Porta do	Prospecção	110m a Este do caminho para a A015 - <i>Manteira</i> 1
DESCRIÇÃO	Pequena cruz em ferro, com cerca de 0,6m de altura						
Nº	DESIGNAÇÃO	CATEGORIA	CRONOLOGIA	LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	TOPÓNIMO	FONTES	LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJECTO
8	8	Etnográfica	Contemporâneo	Viana do Castelo, Viana do Castelo, <i>Manteira</i>	Porta do	Prospecção	220m a Este do caminho para a A015 e à <i>Passagem da Moura</i> 1
DESCRIÇÃO	Abrigo natural						

Quadro 3 Caracterização das Ocorrências Patrimoniais identificadas

MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO DE IMPACTE

Na análise de impactes podem-se distinguir dois tipos de impactes: impactes directos e impactes indirectos. Os primeiros significam a destruição da Ocorrência Patrimonial em causa, os segundos a alteração do seu contexto primitivo.

As medidas de minimização preconizadas têm como objectivo a preservação integral de todas as Ocorrências de valor patrimonial identificadas na área afectada ao projecto e a salvaguarda de toda a informação arqueológica, patrimonial e etnográfica que eventualmente poderá ser afectada.

Neste contexto teve-se em consideração:

- . A probabilidade de destruição da Ocorrência Patrimonial;
- . A possibilidade de degradação/destruição, devido à circulação de maquinaria pesada e pessoal afectos à obra da Ocorrência Patrimonial;
- . A possibilidade ou hipótese de destruição de vestígios arqueológicos relacionados com a existência de achados de superfície, ou notícia da sua existência;
- . A eventualidade ou hipótese de destruição de vestígios arqueológicos relacionados com a notícia de um achado isolado ou de um monumento já destruído.

AValiação de IMPACTE

As Ocorrências Patrimoniais 1, 2, 4, 5, 6, 7 e 8 têm uma condicionante de nível 1: "Por princípio, não resulta em condicionantes ao desenvolvimento do projecto".

A Ocorrência Patrimonial 3 tem uma condicionante de nível 2: "Impacte Compatível - Por princípio, não resulta em condicionantes ao desenvolvimento do projecto, devendo, mesmo assim, ter o devido acompanhamento arqueológico de obras" (VER ANEXO I).

Nº	CATEGORIA	MAGNITUDE	ÁREA SUJEITA A IMPACTE	PROBABILIDADE	FASE OCORRÊNCIA	CARACTER	TIPO DE IMPACTE	CONDICIONANTE	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO
1	Etnográfica	Reduzido	ZE	Pouco provável	Construção	Indirecto	Permanente	1	E

Nº	CATEGORIA	MAGNITUDE	ÁREA SUJEITA A IMPACTE	PROBABILIDADE	FASE OCORRÊNCIA	CARACTER	TIPO DE IMPACTE	CONDICIONANTE	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO
2	Etnográfica	Reduzido	ZE	Pouco provável	Construção	Indirecto	Permanente	1	E
3	Etnográfica	Reduzido	ZE	Certo	Construção	Directo	Permanente	2	D
4	Etnográfica	Reduzido	ZE	Muito provável	Construção	Indirecto	Permanente	1	E
5	Etnográfica	Reduzido	ZE	Pouco provável	Construção	Indirecto	Permanente	1	E
6	Etnográfica	Reduzido	ZE	Pouco provável	Construção	Indirecto	Permanente	1	E
7	Etnográfica	Reduzido	ZE	Pouco provável	Construção	Indirecto	Permanente	1	E
8	Etnográfica	Reduzido	ZE	Pouco provável	Construção	Indirecto	Permanente	1	E

Quadro 4 Quadro síntese de avaliação de impacte das Ocorrências Patrimoniais identificadas

MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO

Na sequência dos trabalhos previstos indicados no capítulo da Descrição do projeto, recomenda-se as seguintes medidas de minimização de carácter geral e específico (*VER ANEXO I*).

- Medidas de minimização de carácter geral:

Medida de classe J - Prospeção sistemática da área de escavação antes e depois de se proceder à desmatação até se atingir o substrato rochoso ou os níveis minerais dos solos removidos e acompanhamento arqueológico sistemático e integral de todos os revolvimentos de terras vegetais, com registo fotográfico e gráfico do processo seguido.

- Medidas de minimização de carácter específico:

Medida de classe E para a Ocorrência Patrimonial 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8 - Sinalização e vedação com recurso a fita sinalizadora da Ocorrência Patrimonial quando aplicável com afectação indirecta para que não sofra nenhum tipo de afectação directa pela circulação de pessoas e maquinaria. É ainda recomendado o levantamento gráfico e fotográfico exaustivo.

- Medidas de minimização de carácter específico:

Medida de classe D para a Ocorrência Patrimonial 3 - Prospeção sistemática de toda a área de afectação da Ocorrência Patrimonial antes e depois de se proceder à desmatação até se atingir o substrato rochoso ou os níveis minerais dos solos removidos e acompanhamento arqueológico sistemático e integral de todos os revolvimentos de terras vegetais. Realização de memória descritiva da Ocorrência e descrição gráfica.

CONCLUSÕES E ADVERSIDADES AO CONHECIMENTO

O presente Estudo de prospeção sistemática e de levantamento bibliográfico realizado no âmbito do projeto da “Sobreequipamento do Parque Eólico de Arga – 2ª Fase” teve como objectivo a identificação de vestígios arqueológicos e património etnográfico e arquitectónico, que pudessem vir a ser afectados pela execução da obra. A investigação realizada permitiu compreender a dinâmica ocupacional da região e obter o máximo de informações respeitantes aos vestígios de paleocupação humana existentes na zona. Através da pesquisa foi, ainda, possível compreender as principais características histórico-culturais da área de implantação do projecto e da sua envolvente.

Comprova-se assim, que a área em estudo pertence a dois concelhos que tiveram uma ocupação permanente e de grande importância no contexto histórico do litoral Norte de Portugal.

No estudo foram identificadas 8 ocorrência Patrimonial de carater etnográfico dentro da área de incidência direta e indirecta. As Ocorrências Patrimoniais 1, 2, 3 e 4 na área de incidência direta e as Ocorrências Patrimoniais 5, 6, 7 e 8 na área de incidência indirecta.

Em termos gerais o projeto tem uma condicionante arqueológica de nível 2: Impacte Compatível - Por princípio, não resulta em condicionantes ao desenvolvimento do projeto, devendo, mesmo assim, ter o devido acompanhamento arqueológico de obras. É assim proposta como medida de minimização geral: Prospecção sistemática da área de escavação antes e depois de se proceder à desmatação até se atingir o substrato rochoso ou os níveis minerais dos solos removidos e acompanhamento Arqueológico de todas as ações de revolvimento de terras até ao substrato rochoso ou arqueologicamente estéril na área do projeto, incluindo as zonas de empréstimo, vazadouro e estaleiro. Todas as zonas de estaleiro, vazadouro e empréstimo, a serem utilizadas durante o projeto, deverão ser prospectadas pelo arqueólogo responsável pelo acompanhamento arqueológico da obra.

Deve ter-se em conta que, devido à extensão do projeto, sempre que existam duas ou mais máquinas de remoção de terras a trabalhar ao mesmo tempo e no espaço de mais de 20m entre ambas, deverá existir um segundo Arqueólogo / Técnico de Arqueologia de forma a assegurar esse trabalho.

Deverão ser realizados Relatórios de Progresso / Notas Técnicas - sempre que necessário / solicitado pelo dono de obra ou pela tutela - e um Relatório Final. Este relatório deverá incluir um estudo sumário / caracterização do espólio recolhido.

Como medida de minimização das Ocorrências Patrimoniais 1, 2, 4, 5, 6, 7 e 8 recomenda-se a Medida de classe E - Sinalização e vedação com recurso a fita sinalizadora da Ocorrência Patrimonial quando aplicável com afectação indirecta para que não sofra nenhum tipo de afectação directa pela circulação de pessoas e maquinaria. É ainda recomendado o levantamento gráfico e fotográfico exaustivo.

Como medida de minimização da Ocorrência Patrimonial 3 recomenda-se a Medida de classe D - Prospecção sistemática de toda a área de afectação da Ocorrência Patrimonial antes e depois de se proceder à desmatação até se atingir o substrato rochoso ou os níveis minerais dos solos removidos e acompanhamento arqueológico sistemático e integral de todos os revolvimentos de terras vegetais. Realização de memória descritiva da Ocorrência e descrição gráfica.

PROGRAMA ULTERIOR DE TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS

PREVISÃO DO PROGRAMA ULTERIOR DE TRABALHOS E MEDIDAS PROVISÓRIAS DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO

Considerando os resultados obtidos, prevê-se a necessidade de implementação:

-Prospecção sistemática da área de escavação antes e depois de se proceder à desmatação até se atingir o substrato rochoso ou os níveis minerais dos solos removidos.

- Acompanhamento arqueológico sistemático e integral de todos os revolvimentos de terras vegetais, com registo fotográfico e gráfico do processo seguido.

- No âmbito do acompanhamento arqueológico deve complementar-se a caracterização arqueológica através da consulta dos processos relativos aos sítios arqueológicos identificados, de cartografia e documentação histórica.

- A descoberta de quaisquer vestígios arqueológicos durante o acompanhamento nas áreas de intervenção obriga à suspensão imediata dos trabalhos no local e à sua comunicação ao órgão competente da Tutela e demais autoridades, em conformidade com as disposições legais em vigor. Esta situação pode determinar a adoção de medidas de minimização complementares pelo que deve ser apresentada uma Nota Técnica com a descrição, avaliação do impacte, registo gráfico e uma proposta de medidas a implementar. Deve ser tido em consideração que as áreas com vestígios arqueológicos conservados e que venham a ser afetados de forma irreversível têm que ser integralmente escavados.

- A recolha de espólio móvel deve ocorrer de forma a prevenir qualquer perigo imediato para os bens, assim como deve ser executada sem que em momento algum seja colocada em perigo a integridade dos bens e assegurar a sua preservação a longo prazo empregando técnicas e métodos não destrutivos, em conformidade com a legislação em vigor (Resolução da

Assembleia da República nº 51/2006, de 18 de julho e publicada pelo aviso 6/2012 de 26 de Março, Decreto-Lei nº164/97, de 27 de Junho e a Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro).

- Sinalização e vedação com recurso a fita sinalizadora das Ocorrências Patrimoniais 1, 2, 4, 5, 6, 7 e 8 quando aplicável com afectação indirecta para que não sofra nenhum tipo de afectação directa pela circulação de pessoas e maquinaria. É ainda recomendado o levantamento gráfico e fotográfico exaustivo.

- Prospecção sistemática de toda a área de afectação da Ocorrência Patrimonial 3 antes e depois de se proceder à desmatação até se atingir o substrato rochoso ou os níveis minerais dos solos removidos e acompanhamento arqueológico sistemático e integral de todos os revolvimentos de terras vegetais. Realização de memória descritiva da Ocorrência e descrição gráfica.

LOCAL, DATA E FORMA DE PUBLICAÇÃO

No cumprimento da legislação em vigor (DL no 164/2014, de 4 de Novembro) os resultados obtidos durante as intervenções realizadas no âmbito dos trabalhos de Prospecção Arqueológica Prévia deverão ser alvo de publicação científica, em língua portuguesa ou inglesa. Deste modo a AFA Arqueologia Conservação e Restauro prevê a publicação dos resultados da intervenção em revista da especialidade, sem prejuízo de outras formas de publicitação. Não se descarta também a possibilidade da apresentação das intervenções e dos seus resultados em conferências, congressos e palestras. Para além disto, também se envia agora, como resulta das disposições legais vigentes, uma cópia em CD.

**MOREIRA DA MAIA,
08 DE OUTUBRO DE 2019**

ARTUR FONTINHA, ARQUEÓLOGO

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de (1990) - Protohistória e romanização da bacia inferior do Lima. In Estudos Regionais. Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais, 78, p. 304.
- ALMEIDA, C. A. F. (1987), Alto Minho. Lisboa
- ALVES, L. (1985), Caminha e seu concelho. Caminha
- BARROCA, Mário Jorge (2000). Epigrafia Medieval Portuguesa (8621422). Tesxtos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000. BA: PI/Bar.
- MATTOSO, Fr. José - "Documentos beneditinos da Torre do Tombo". Lisboa: [s.n.], 1970. Sep. de "Lusitania Sacra", 8. Exemplar disponível no Serviço de Referência do IAN/TT: (L 285 A) p. 292-299.
- NEVES, Leandro Quintas (1965) - Os castros do norte de Portugal. In Lucerna. NEVES, L. Q. (1965) Os Castros do Norte de Portugal, Lucerna, 4, Porto, p.172180
- PROSISTEMAS (2001), Empreendimentos Eólicos da Espiga, S.A.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (Dir.) (2005) - Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento: guia histórico. Lisboa: Livros Horizonte, 2005. ISBN 972-24-1433-X. p. 88.
- VASCONCELOS, J. M. M. C. (1997), Usos do passado na Serra de Arga: tradição e objectificação da cultura local, Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Lisboa
- VIANA, Abel e OLIVEIRA, Manuel de Sousa (1954) - "Cidade Velha" de Santa Luzia (Viana do Castelo). In Revista de Guimarães. Guimarães. 64:12, p. 4072.
- VIANA, Carina (2007) – Monumento e Cidade de Viana do Castelo. Reflexões sobre uma intervenção no Convento de S. Bento em Viana do Castelo. Cad. Vianenses, 40, p. 119-135.
- VICENTE, Eduardo Prescott e MARTINS, Adolfo António da Silveira (1979) - Menires de Portugal. In Ethnos. Lisboa. 8, p. 107138. BA: 0302.

ENQUADRAMENTO LEGAL

- DIÁRIO DA REPÚBLICA, Série I-A, *Decreto-Lei n. 117/97, 111/97* SÉRIE I-A, Ministério da Cultura, Quarta-feira, 14 de Maio de 1997, Pág. do DR 2352 a 2358;
- DIÁRIO DA REPÚBLICA, Série I-A, *Decreto-Lei n.º 270/99, 163/99* SÉRIE I-A, Ministério da Cultura, Quinta-feira, 15 de Julho de 1999, Pág. do DR 4412 a 4417 Última página em branco;
- DIÁRIO DA REPÚBLICA, Série I-A, *Decreto-Lei n.º 287/2000, 260/00* SÉRIE I-A, Assembleia da República, Sexta, 10 de Novembro de 2000, Pág. do DR 6319;
- DIÁRIO DA REPÚBLICA, Série I-A, *Lei n.º 107/01, 209/01* SÉRIE I-A, Sábado, 8 de Setembro de 2001, Assembleia da República, Pág. do DR 5808 a 5829;
- DIÁRIO DA REPÚBLICA, Série I-A, *Resolução da Assembleia da República n.º 71/97, DR 289/97* SÉRIE I-A de 1997-12-16;
- DGPC, Circular de 10 de Setembro de 2004, *Termos de Referência para o Descritor do Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental;*
- DGPC, Circular de 01 de Setembro de 2010, *Documentação Fotográfica a Constar nos Relatórios de Trabalhos Arqueológicos;*
- DGPC, Circular de 24 de Maio de 2011, *Ficha de Sítio/Trabalho Arqueológico, para Actualização do Endovélico.*
- DGPC, Circular de 27 de Dezembro de 2011, *Documentação Gráfica.*

CARTOGRAFIA

- "Carta Militar de Portugal" (1999), Serviço Cartográfico do Exército (IGeoE), escala 1:25 000, Serviço Cartográfico do Exército, Folha nº 27 e 28.

BASES DE DADOS INFORMATIZADAS E CONSULTAS NA INTERNET

- www.earth.google.com (consultado a 04.10.19)
- www.igespar.pt (consultado a 04.10.19)
- www.patrimoniocultural.pt/flexviewers/Atlas_Patrimonio/default.htm (consultado a 04.10.19)
- www.monumentos.pt/Site/APP (consultado a 04.10.19)
- www.arqueologia.patrimoniocultural.pt/ (consultado a 04.10.19)

ANEXOS

ANEXO I – FICHAS DE AVALIAÇÃO DAS OCORRENCIAS PATRIMONIAIS DA ÁREA EM ESTUDO

Nº Inventário - Número sequencial que identifica a Ocorrência Patrimonial utilizado na cartografia, nos quadros e nas fichas de inventário (a sequência numérica é aleatória e contínua).

Projecto - Nome do projecto em que se insere o Estudo.

O.P. - Nome atribuído à Ocorrência Patrimonial identificado.

Data - Altura em que foi realizada a avaliação.

Localização Administrativa - Distrito/Concelho/Freguesia onde se localiza a Ocorrência Patrimonial.

Localização Geográfica - Todas as Ocorrência Patrimoniais foram localizadas cartograficamente. (Sistema de Projecção: Hayford-Gauss; Sistema de Referenciação: sistema de coordenadas militares; Datum: Lisboa). Meridiano; Paralelo e Altitude (coordenadas obtidas em campo com recurso a GPS).

Topónimo - Topónimo local onde a Ocorrência Patrimonial se localiza.

Microtopónimo - Microtopónimo onde a Ocorrência Patrimonial se localiza.

Proprietário - Sempre que foi possível contactar com o proprietário onde se identificou a Ocorrência Patrimonial, regista-se essa informação.

CMP - “Carta Militar de Portugal” (1999), Serviço Cartográfico do Exército (IGeoE), nº da folha na escala 1:25.000 utilizada durante o trabalho de campo.

Classificação - Imóvel Classificado ou outro tipo de protecção, com condicionantes ao uso e alienação do imóvel.

Decreto Lei - Decreto de lei da classificação do monumento.

Estado Conservação - Estado de conservação do monumento.

CARACTERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL

(Descrição das características principais de cada Ocorrência Patrimonial)

CATEGORIA				
Arqueológica	Arquitectónica	Etnográfica		
Quadro 1 Categoria atribuída a cada Ocorrência Patrimonial. Distinção entre arqueológica, arquitectónica, etnográfica				
TIPO DE SÍTIO				
Abrigo Aqueduto Balneário Capela Cetária Cisterna Cromeleque Ermida Forno Hipocausto Lagar Menir Moinho de Vento Nicho Paço Ponte Salina Sinagoga Termas Viaduto Villa	Achado Isolado Arte Rupestre Barragem Casal Rústico Chafurdo Complexo Industrial Curral Escultura Fortificação Hipódromo Laje Sepulcral Mesquita Mosaico Nora Pedreira Povoado Santuário Talude Tesouro Moinho de Água Açude e Dique Vicus	Alçaria Arranjo de Nascente Basílica Castelo Cidade Concheiro Depósito Estrutura com interesse histórico Fórum Igreja Malaposta Miliário Monumento Megalítico Funerário Oficina Pelourinho Povoado Fortificado Sarcófago Tanque Torre Monte Espigueiro Cruzeiro	Alinhamento Atalaia Calçada Cais Circo Convento Edifício com interesse histórico Fonte Fossa Indeterminado Mancha de Ocupação Mina Muralha Olaria Poço Recinto Sepultura Teatro Tulhas Laje com Covinhas Quinta Vest. diversos	Anfiteatro Azenha Canalização Cemitério Cista Criptopórtico Eira Forja Gruta Inscricção Marco Moinho de Maré Muro Palácio Pombal Represa Silo Templo Via Pias Alminha
Quadro 2 Tipo funcional a que se refere a Ocorrência Patrimonial ¹²				
CRONOLOGIA				
Paleolítico Inferior Neolítico	Paleolítico Médio Neolítico Antigo	Paleolítico Superior Neolítico Médio	Epipaleolítico/Mesolítico Neolítico Final	

¹² Adaptada da tabela proposta pelo IPA – Instituto Português de Arqueologia, actual IGESPAR, IP (no *thesaurus* do Endovelico) www.igespar.pt

Calcolítico Idade do Ferro Romano Republicano Idade Média Moderno	Calcolítico Final 1ª Idade do Ferro Romano Império Alta Idade Média Contemporâneo Proto-História	Bronze Pleno 2ª Idade do Ferro Romano Alto Império Baixa Idade Média Pré-História Antiga Indeterminado	Bronze Final Romano Romano Baixo Império Islâmico Pré-História Recente
---	---	---	--

Quadro 3 Cronologia da Ocorrência Patrimonial¹³

CONTEXTO GEOLÓGICO

Granitos Argila Silex Areias	Xistos Calcossilicatado Tufo Terraço	Calcários Basalto Turfa Depósitos argilosos Terraço fluvial/cascalheira	Aluviões Marga Outro Rochas vulcânicas	Coluviões Mármore Arenitos Dioritos
---------------------------------------	---	---	---	--

Quadro 4 Trata-se do contexto geológico onde se localiza a Ocorrência Patrimonial

TOPOGRAFIA

Arriba Canhão Planície Espigão de meandro fluvial	Planície Encosta Rechã Esporão Praia	Colina suave Grande elevação Vale aberto Escarpa	Cerro – topo Outros Vale fechado Plataforma / rechã Várzea	Cerro – vertente Pequena elevação Leito de rio ou ribeiro Planalto
--	--	---	--	---

Quadro 5 Critérios seguidos para contextualizar topograficamente a Ocorrência Patrimonial

VISIBILIDADE

Destaca-se bem Diluída na paisagem	Destaca-se medianamente Escondida
---------------------------------------	--------------------------------------

Quadro 6 Critérios utilizados para caracterizar a visibilidade da Ocorrência Patrimonial no território envolvente

CONTROLO VISUAL

Controlo visual total	Controlo condicionado	Controlo restrito (do espaço limítrofe)
-----------------------	-----------------------	---

Quadro 7 Nível do controlo visual que a Ocorrência Patrimonial detém sobre a paisagem

VEGETAÇÃO

Sem vegetação Floresta/mata densa	Vegetação rasteira Floresta/mata pouco densa	Arbustos ou mato denso Cultura de vinha
--------------------------------------	---	--

Quadro 8 Vegetação existente no local onde se localiza a Ocorrência Patrimonial

USO DO SOLO

Agrícola Eucaliptal Florestal Pinhal Agricultura manual Recursos	Turismo Mato Areiro Aterro Agricultura mecânico Exploração agrícola	Urbano Montado Pântano Baldio Latifúndio	Agrícola regadio Olival Industrial Caminho Minifúndio Pomar	Pastoreio Outros Pedreira Pedregais Socalcos Piscicultura
---	--	--	--	--

Quadro 9 Utilização actual do solo em que se situa a Ocorrência Patrimonial¹⁴. Estes atributos são apenas aplicáveis a bens imóveis ou a bens móveis de dimensão considerável ou que não são recolhidos

FONTES

Pesquisa Documental	Bibiligráfica	Cartografica	Planos Municipais	Projectos de investigação	Base de dados
Trabalho de Campo	Prospecção			Informação Oral	

Quadro 10 Fonte utilizada na identificação da Ocorrência Patrimonial: pesquisa documental (no caso de ter sido previamente identificada na pesquisa documental); trabalho de campo (no caso de ter sido reconhecida durante a fase de trabalho de campo)

AMEAÇAS

Abandono Florestal Erosão marinha Barragem	Construção Areiro Erosão fluvial Aterro Vandalismo	Agrícola Pântano Gado Baldio	Agrícola regadio Industrial Outros Caminho Vegetação	Pastoreio Pedreira Rede viária Agentes erosivos
---	--	---------------------------------------	--	--

¹³ A indicação de vários períodos cronológicos separados por “/” tem significado cumulativo

¹⁴ Adaptada da tabela proposta pelo IPA – Instituto Português de Arqueologia, actual IGESPAR, IP (no *thesaurus* do Endovelico) www.igespar.pt

Quadro 11 Ameaças sobre a Ocorrência Patrimonial. Estes atributos são apenas aplicáveis a bens imóveis ou a bens móveis de dimensão considerável ou que não são recolhidos

MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS

Presença Ausência
Quadro 12 Indica a presença ou ausência de materiais arqueológicos

DISPERSÃO DOS MATERIAIS

Extensa Média
 Pequena Pontual
Quadro 13 Delimitação relativa da área em que se encontram materiais arqueológicos

TIPO DE DISPERSÃO

Contínua Dispersa
 Concentrada Progressiva
Quadro 14 Tipo de dispersão dos materiais arqueológicos

Local de Depósito - Localização onde os materiais quando recolhidos são guardados até serem entregues na extensão correspondente do IGESPAR, IP.

ACESSIBILIDADE

Via Rápida Estrada Nacional Estrada Municipal
 Estradão Caminho de pé posto Sem acesso
Quadro 15 Referência ao tipo de acesso à Ocorrência Patrimonial

TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS

Conservação/Valorização Escavação Sondagem
 Levantamento Prospecção
Quadro 16 Caso existam, referencia aos trabalhos arqueológicos pré-existentes em relação à Ocorrência Patrimonial

Bibliografia - Bibliografia consultada sobre a Ocorrência Patrimonial.

Localização Face ao Projecto - Descrição da localização da Ocorrência Patrimonial em relação ao projecto, indicando-se as relações de proximidade. As distâncias da Ocorrência Patrimonial às unidades de projecto foram medidas em metros sobre a CMP à escala 1: 25 000.

Descrição - Descrição da Ocorrência Patrimonial em termos de localização, características construtivas e materiais utilizados, dimensões, etc. Assim como a descrição dos materiais identificados durante o trabalho de campo (tipologia, cronologia, quantidade...). Indicação dos materiais arqueológicos móveis recolhidos e a indicação do depósito provisório.

CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL

(Análise, a mais objectiva possível, a partir dos dados disponíveis da importância da Ocorrência Patrimonial¹⁵)

Valor Arqueológico - Relativo ao seu valor como sítio arqueológico.

Valor Arquitectónico - Relativo à importância da arquitectura da Ocorrência Patrimonial encontrada.

Valor Histórico - Relativo à importância que pode assumir como documento para a história local/nacional.

Valor Etnográfico - Relativo à importância que pode assumir como elemento representativo de técnicas e modos de vida locais ou regionais tradicionais.

Representatividade - Relativo ao tipo de contexto e numa escala regional.

¹⁵ Adaptado do Documento de Trabalho – Versão 1 da APA (Associação Profissional de Arqueólogos) “Metodologia de Avaliação de Impacte Arqueológico”

Potencial Científico - Relativo à importância que pode assumir para a investigação de determinada realidade e período.

Interesse Público - Relativo à sua possibilidade de utilização pedagógica junto do público em geral e escolar em particular.

Grau de Conservação - Relativo ao estado de conservação e à especificidade da Ocorrência Patrimonial. Estes atributos são apenas aplicáveis a bens imóveis ou a bens móveis de dimensão considerável ou que não são recolhidos.

CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL

Valor Arqueológico	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Valor Arquitectónico	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Valor Histórico	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Valor Etnográfico	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Representatividade	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Potencial Científico	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Interesse Público	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Grau de Conservação	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado

Quadro 17 Hierarquização do interesse patrimonial da Ocorrência Patrimonial no conjunto do inventário de acordo com os seguintes critérios: **Elevado**: Imóvel Classificado (Monumento Nacional, Imóvel de Interesse Público, etc) ou ocorrência não classificada (sítio, conjunto ou construção, de interesse arquitectónico ou arqueológico) de elevado valor científico, cultural, representatividade, raridade, antiguidade, monumentalidade, a nível nacional. **Médio**: Ocorrência Patrimonial (arqueológica, arquitectónica, etnográfica) não classificada de valor científico, cultural e/ou raridade, antiguidade, monumentalidade (características presentes no todo ou em parte), a nível nacional ou regional. **Reduzido**: Aplica-se a Ocorrências Patrimoniais que em função do seu estado de conservação, antiguidade, valor científico, arcaísmo, complexidade, antiguidade e inserção na cultura local não são representativos a nível nacional ou regional. **Sem interesse**: Atribuído a construção actual ou a Ocorrência Patrimonial de interesse patrimonial totalmente destruído. **Indeterminado**: Quando as condições de acesso ao local, a cobertura vegetal ou outros factores impedem a observação da Ocorrência Patrimonial (interior e exterior no caso das construções)

AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO

(Para além da caracterização e importância da Ocorrência Patrimonial, foi considerado o tipo de Impacte a que a Ocorrência Patrimonial está sujeita, assim como as medidas de Mitigação¹⁶)

Magnitude do Impacte - Corresponde ao grau de afectação de impacte na Ocorrência Patrimonial.

Área Sujeita a Impacte - Dimensão do impacte a Ocorrência Patrimonial (salienta-se a importância da definição das áreas de dispersão dos materiais).

Probabilidade – Consiste no grau de certeza sobre a existência de impacte sobre a Ocorrência Patrimonial.

Fase de Ocorrência – Fase de implantação do projecto em que irá ocorrer o impacte.

Carácter de Impacte – O impacte da Ocorrência Patrimonial poderá ser de carácter Directo ou Indirecto. Directo quando significa a destruição da Ocorrência Patrimonial em causa, Indirecto quando significa a alteração do seu contexto primitivo.

Tipo de Impacte - Relativo ao período de tempo de impacte sobre da Ocorrência Patrimonial.

AVALIAÇÃO DE IMPACTE

Magnitude do Impacte	Elevado (≥ 95%)	Médio (≥ 60% < 95%)	Reduzido (≥ 30% < 60%)	Pontual (< 30%)	Indeterminado(0%)
Área Sujeita a Impacte	Elevado (≥ 95%)	Médio (≥ 60% < 95%)	Reduzido (≥ 30% < 60%)	Pontual (< 30%)	Indeterminado(0%)
Probabilidade	Certo	Muito provável	Possível	Pouco provável	
Fase de Ocorrência	Construção		Exploração	Desactivação	
Carácter de Impacte		Indirecto		Directo	
Tipo de Impacte		Temporário		Permanente	

¹⁶ Adaptado do Documento de Trabalho – Versão 1 da APA (Associação Profissional de Arqueólogos) “Metodologia de Avaliação de Impacte Arqueológico”

Quadro 18 O grau de afectação do impacte na Ocorrência Patrimonial

Mediante os resultados obtidos na Classificação Patrimonial e na Avaliação de Impacte estabeleceram-se diferentes Níveis de Condicionantes que a Ocorrência Patrimonial impõe ao desenvolvimento do projecto, através de parâmetros específicos e objectivos, facilitando a sua inclusão dentro do projecto¹⁷.

NÍVEL DE CONDICIONANTE	
Nível 5	Condiciona a obra e as acções intrusivas, impondo uma delimitação rigorosa da área protegida até 50m em torno (conforme estabelecido na legislação)
Nível 4	Impacte Severo - Embora não impeça o prosseguimento do projecto, impõe um estudo exaustivo prévio do sítio arqueológico, a necessidade de uma avaliação da área efectiva dos vestígios e a sua aprofundada caracterização, através da realização de escavação arqueológica da área total afectada
Nível 3	Impacte Moderado - Embora não impeça o prosseguimento do projecto, impõe um estudo de diagnóstico prévio do sítio arqueológico, a necessidade de uma avaliação da área efectiva dos vestígios e a sua aprofundada caracterização, através da realização de sondagens de diagnóstico
Nível 2	Impacte Compatível - Por princípio, não resulta em condicionantes ao desenvolvimento do projecto, devendo, mesmo assim, ter o devido acompanhamento arqueológico de obras
Nível 1	Por princípio, não resulta em condicionantes ao desenvolvimento do projecto

Quadro 19 Correspondendo às áreas de impacte expostas procedeu-se à definição de uma gradação de condicionantes consequentes

Por fim, estabelece-se a Medida Minimizadora mais adequada a seguir para cada Ocorrência Patrimonial



MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	
Medida de classe A	Em caso de Impacte Severo sobre um sítio arqueológico, preconiza-se a realização de escavação arqueológica da área total afectada que venha a sofrer um tipo de afectação directa de forma a avaliar a sua relevância científica
Medida de classe B	Em caso de Impacte Moderado sobre um sítio arqueológico, preconiza-se a realização de sondagens de diagnóstico em todos os sítios arqueológicos que venham a sofrer um tipo de afectação directa de forma a avaliar a sua relevância científica
Medida de classe C	Prospecção sistemática das áreas classificadas na cartografia como de visibilidade parcial ou nula
Medida de classe D	Prospecção sistemática de toda a área de afectação da Ocorrência Patrimonial antes e depois de se proceder à desmatagem até se atingir o substrato rochoso ou os níveis minerais dos solos removidos e acompanhamento arqueológico sistemático e integral de todos os revolvimentos de terras vegetais. Realização de memória descritiva da Ocorrência e descrição gráfica
Medida de classe E	Sinalização e vedação com recurso a fita sinalizadora da Ocorrência Patrimonial quando aplicável com afectação indirecta para que não sofra nenhum tipo de afectação directa pela circulação de pessoas e maquinaria. É ainda recomendado o levantamento gráfico e fotográfico exaustivo
Medida de classe F	Devido à localização de difícil acesso e de ficar submersa conforme as marés e por isso não ser possível a vedação e sinalização, recomenda-se o levantamento gráfico e fotográfico exaustivo. Mais se considera que o arqueólogo deverá sensibilizar o empreiteiro para a não afectação durante a empreitada
Medida de classe G	Sempre que a fase de projecto o permita, deverão ser equacionadas, em termos de viabilidade técnica e de custos a alteração ou rectificação do projeto
Medida de classe H	Preservação da Ocorrência Patrimonial em caso de afectação directa, através da sua transferência ou transladação
Medida de classe I	Monitorização e vigilância periódica na fase de exploração (por períodos de pelo 3 anos) do estado de conservação da Ocorrência Patrimonial situada na área de incidência do projecto ou nos principais acessos. Esta medida deve ser executada por especialista independente (arqueólogo) contratado pelo dono da obra e inclui a apresentação de relatórios de visita à entidade de tutela sobre o património arqueológico e comunicação às entidades competentes dos efeitos negativos detectados
Medida de classe J	Prospecção sistemática da área de escavação antes e depois de se proceder à desmatagem até se atingir o substrato rochoso ou os níveis minerais dos solos removidos e acompanhamento arqueológico sistemático e integral de todos os revolvimentos de terras vegetais, com registo fotográfico e gráfico do processo seguido

Quadro 20 Recomendações a seguir em cada uma das Ocorrências Patrimoniais

¹⁷ Adaptado do Documento de Trabalho – Versão 1 da APA (Associação Profissional de Arqueólogos) "Metodologia de Avaliação de Impacte Arqueológico"

AFA <small>ARQUEOLOGIA CONSERVAÇÃO E RESTAURO</small>	Nº INVENTÁRIO <input type="text" value="1"/>	Sobreequipamento do Parque Eólico de Arga – 2ª Fase	O.P. <input type="text" value="1"/>	DATA <input type="text" value="25/10/2019"/>
LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA <input type="text" value="Viana do Castelo, Viana do Castelo, Montaria"/>	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA <input type="text" value="41.818586"/> <input type="text" value="-8.701134"/> <input type="text" value="781m"/>			
TOPÓNIMO <input type="text" value="Alto da Fonte da Urze"/>	MICROTOPÓNIMO <input type="text"/>	PROPRIETÁRIO <input type="text"/>	CMP <input type="text" value="28"/>	
CLASSIFICAÇÃO <input type="text"/>	DECRETO LEI <input type="text"/>	ESTADO CONSERVAÇÃO <input type="text"/>		

CARATERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	
CATEGORIA	<input type="text" value="Etnográfica"/>
TIPO DE SÍTIO	<input type="text" value="Abrigo"/>
CRONOLOGIA	<input type="text" value="Contemporâneo"/>
CONTEXTO GEOLÓGICO	<input type="text" value="Granitos"/>
TOPOGRAFIA	<input type="text" value="Cerro – topo"/>
VISIBILIDADE	<input type="text" value="Destaca-se bem"/>
CONTROLO VISUAL	<input type="text" value="Controlo visual total"/>
VEGETAÇÃO	<input type="text" value="Sem vegetação"/>
USO DO SOLO	<input type="text" value="Baldio"/>
FONTES	<input type="text" value="Prospecção"/>
AMEAÇAS	<input type="text" value="Construção"/>
MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS	<input type="text" value="Ausência"/>
DISPERSÃO DOS MATERIAIS	<input type="text"/>
TIPO DE DISPERSÃO	<input type="text"/>
ACESSIBILIDADE	<input type="text" value="Caminho de pé posto"/>
TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	<input type="text"/>
BIBLIOGRAFIA	<input type="text" value="Inédito"/>
LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJETO	<input type="text" value="44m a Oeste do caminho para a A015 - alternativa 1"/>


	
DESCRIÇÃO <input type="text" value="Pequeno abrigo redondo de pedra empilhada seca e muito rudimentar. Cerca de 1,5m de altura por 1 de diâmetro"/>	


CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL			
VALOR ARQUEOLÓGICO	<input type="text" value="Sem interesse"/>	REPRESENTATIVIDADE	<input type="text" value="Reduzido"/>
VALOR ARQUITETÓNICO	<input type="text" value="Sem interesse"/>	POTENCIAL CIENTÍFICO	<input type="text" value="Reduzido"/>
VALOR HISTÓRICO	<input type="text" value="Reduzido"/>	INTERESSE PÚBLICO	<input type="text" value="Médio"/>
VALOR ETNOGRÁFICO	<input type="text" value="Médio"/>	GRAU DE CONSERVAÇÃO	<input type="text" value="Médio"/>

AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO			
MAGNITUDE DO IMPACTE	<input type="text" value="Reduzido"/>	ÁREA SUJEITA A IMPACTE	<input type="text" value="ZE"/>
CARATER DE IMPACTE	<input type="text" value="Indirecto"/>	TIPO DE IMPACTE	<input type="text" value="Permanente"/>
PROBABILIDADE	<input type="text" value="Pouco provável"/>	FASE DE OCORRÊNCIA	<input type="text" value="Construção"/>
NÍVEL DE CONDICIONANTE	<input type="text" value="1"/>	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	<input type="text" value="E"/>

AFA <small>ARQUEOLOGIA</small>	N.º INVENTÁRIO <input type="text" value="2"/>	Sobreequipamento do Parque Eólico de Arga – 2ª Fase	G.P. <input type="text" value="2"/>	DATA <input type="text" value="25/10/2019"/>
LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	<input type="text" value="Viana do Castelo, Viana do Castelo, Montaria"/>		LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	<input type="text" value="41.818182"/> <input type="text" value="-8.699965"/> <input type="text" value="777m"/>
TOPÓNIMO	<input type="text" value="Alto da Fonte da Urze"/>	MICROTOPÓNIMO	PROPRIETÁRIO	CNP <input type="text" value="28"/>
CLASSIFICAÇÃO	DECRETO LEI	ESTADO CONSERVAÇÃO		

CARATERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	
CATEGORIA	<input type="text" value="Etnográficas"/>
TIPO DE SÍTIO	<input type="text" value="Malhão"/>
CRONOLOGIA	<input type="text" value="Contemporâneo"/>
CONTEXTO GEOLÓGICO	<input type="text" value="Granitos"/>
TOPOGRAFIA	<input type="text" value="Cerro – topo"/>
VISIBILIDADE	<input type="text" value="Diluída na paisagem"/>
CONTROLO VISUAL	<input type="text" value="Controlo visual total"/>
VEGETAÇÃO	<input type="text" value="Arbustos ou mato denso"/>
USO DO SOLO	<input type="text" value="Baldio"/>
FONTES	<input type="text" value="Bibliográfica"/>
AMEAÇAS	<input type="text" value="Construção"/>
MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS	<input type="text" value="Ausência"/>
DISPERSÃO DOS MATERIAIS	
TIPO DE DISPERSÃO	
ACESSIBILIDADE	<input type="text" value="Caminho de pé posto"/>
TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	
BIBLIOGRAFIA	<input type="text" value="Prosistemas 2001"/>
LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJETO	<input type="text" value="18m a Este do caminho para a A015 - alternativa 1"/>






DESCRIÇÃO


CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL			
VALOR ARQUEOLÓGICO	<input type="text" value="Sem interesse"/>	REPRESENTATIVIDADE	<input type="text" value="Reduzido"/>
VALOR ARQUITETÓNICO	<input type="text" value="Sem interesse"/>	POTENCIAL CIENTÍFICO	<input type="text" value="Reduzido"/>
VALOR HISTÓRICO	<input type="text" value="Reduzido"/>	INTERESSE PÚBLICO	<input type="text" value="Médio"/>
VALOR ETNOGRÁFICO	<input type="text" value="Médio"/>	GRAU DE CONSERVAÇÃO	<input type="text" value="Médio"/>


AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO			
MAGNITUDE DO IMPACTE	<input type="text" value="Reduzido"/>	ÁREA SUJEITA A IMPACTE	<input type="text" value="ZE"/>
CARÁTER DE IMPACTE	<input type="text" value="Indirecto"/>	TIPO DE IMPACTE	<input type="text" value="Permanente"/>
PROBABILIDADE	<input type="text" value="Pouco provável"/>	FASE DE OCORRÊNCIA	<input type="text" value="Construção"/>
NÍVEL DE CONDICIONANTE	<input type="text" value="1"/>	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	<input type="text" value="E"/>

AFA <small>ARQUEOLOGIA</small>	N.º INVENTÁRIO <input type="text" value="3"/>	Sobreequipamento do Parque Eólico de Arga – 2ª Fase	G.P. <input type="text" value="3"/>	DATA <input type="text" value="25/10/2019"/>
LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	<input type="text" value="Viana do Castelo, Viana do Castelo, Montaria"/>		LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	<input type="text" value="ver descrição"/>
TOPÓNIMO	<input type="text" value="Porta do Lobo"/>	MICROTOPÓNIMO	<input type="text"/>	PROPRIETÁRIO
CLASSIFICAÇÃO	<input type="text"/>	DECRETO LEI	<input type="text"/>	CNP <input type="text" value="28"/>
			ESTADO CONSERVAÇÃO	<input type="text"/>

CARATERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL

CATEGORIA	<input type="text" value="Etnográficas"/>	
TIPO DE SÍTIO	<input type="text" value="Via"/>	
CRONOLOGIA	<input type="text" value="Contemporâneo"/>	
CONTEXTO GEOLÓGICO	<input type="text" value="Granitos"/>	
TOPOGRAFIA	<input type="text" value="Cerro – topo"/>	
VISIBILIDADE	<input type="text" value="Diluída na paisagem"/>	
CONTROLO VISUAL	<input type="text" value="Controlo condicionado"/>	
VEGETAÇÃO	<input type="text" value="Arbustos ou mato denso"/>	
USO DO SOLO	<input type="text" value="Baldio"/>	
FONTES	<input type="text" value="Bibliográfica"/>	
AMEAÇAS	<input type="text" value="Construção"/>	
MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS	<input type="text" value="Ausência"/>	
DISPERSÃO DOS MATERIAIS	<input type="text"/>	
TIPO DE DISPERSÃO	<input type="text"/>	
ACESSIBILIDADE	<input type="text" value="Caminho de pé posto"/>	
TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	<input type="text"/>	
BIBLIOGRAFIA	<input type="text" value="Prosistemas 2001"/>	
LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJETO	<input type="text" value="Passa a Oeste e Este do caminho para a AD15 - alternativa 1"/>	





DESCRIÇÃO
Via com cerca de 3200m. Mais visível e perceptível em alguns troços, mas diluída na paisagem em outros. Algumas secções é constituída por calçada de blocos de granito e outros apenas terra batida. É ainda perceptível marcas de roda ao longo do traçado

CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL


VALOR ARQUEOLÓGICO	<input type="text" value="Sem interesse"/>	REPRESENTATIVIDADE	<input type="text" value="Reduzido"/>
VALOR ARQUITETÓNICO	<input type="text" value="Sem interesse"/>	POTENCIAL CIENTÍFICO	<input type="text" value="Reduzido"/>
VALOR HISTÓRICO	<input type="text" value="Reduzido"/>	INTERESSE PÚBLICO	<input type="text" value="Médio"/>
VALOR ETNOGRÁFICO	<input type="text" value="Médio"/>	GRAU DE CONSERVAÇÃO	<input type="text" value="Médio"/>


AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO

MAGNITUDE DO IMPACTE	<input type="text" value="Reduzido"/>	ÁREA SUJEITA A IMPACTE	<input type="text" value="ZE"/>
CARÁTER DE IMPACTE	<input type="text" value="Directo"/>	TIPO DE IMPACTE	<input type="text" value="Permanente"/>
PROBABILIDADE	<input type="text" value="Certo"/>	FASE DE OCORRÊNCIA	<input type="text" value="Construção"/>
NÍVEL DE CONDICIONANTE	<input type="text" value="2"/>	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	<input type="text" value="D"/>

AFA <small>ARQUEOLOGIA</small>	N.º INVENTÁRIO <input type="text" value="4"/>	Sobreequipamento do Parque Eólico de Arga – 2ª Fase	G.P. <input type="text" value="4"/>	DATA <input type="text" value="25/10/2019"/>
LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	<input type="text" value="Viana do Castelo, Viana do Castelo, Montaria"/>		LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	<input type="text" value="41.815999"/> <input type="text" value="-8.698195"/> <input type="text" value="773m"/>
TOPÓNIMO	<input type="text" value="Penedo das Couves"/>	MICROTOPÓNIMO	<input type="text"/>	PROPRIETÁRIO
CLASSIFICAÇÃO	<input type="text"/>	DECRETO LEI	<input type="text"/>	CNP
				<input type="text" value="28"/>
			ESTADO CONSERVAÇÃO	<input type="text"/>

CARATERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	
CATEGORIA	<input type="text" value="Etnográficas"/>
TIPO DE SÍTIO	<input type="text" value="Tapada"/>
CRONOLOGIA	<input type="text" value="Contemporâneo"/>
CONTEXTO GEOLÓGICO	<input type="text" value="Granitos"/>
TOPOGRAFIA	<input type="text" value="Cerro – topo"/>
VISIBILIDADE	<input type="text" value="Diluída na paisagem"/>
CONTROLO VISUAL	<input type="text" value="Controlo condicionado"/>
VEGETAÇÃO	<input type="text" value="Arbustos ou mato denso"/>
USO DO SOLO	<input type="text" value="Baldio"/>
FONTES	<input type="text" value="Bibliográfica"/>
AMEAÇAS	<input type="text" value="Construção"/>
MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS	<input type="text" value="Ausência"/>
DISPERSÃO DOS MATERIAIS	<input type="text"/>
TIPO DE DISPERSÃO	<input type="text"/>
ACESSIBILIDADE	<input type="text" value="Caminho de pé posto"/>
TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	<input type="text"/>
BIBLIOGRAFIA	<input type="text" value="Prosistemas 2001"/>
LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJETO	<input type="text" value="13m a norte do caminho para a A015 - alternativa 1"/>





DESCRIÇÃO
Amplo muro, de planta subcircular, com cerca de 100 metros de diâmetro, construído com pedras de aparelho ciclópico, por vezes fincadas no solo, implantado numa chá, com vários hectares de área cercada.

CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL			
VALOR ARQUEOLÓGICO	<input type="text" value="Sem interesse"/>	REPRESENTATIVIDADE	<input type="text" value="Reduzido"/>
VALOR ARQUITETÓNICO	<input type="text" value="Sem interesse"/>	POTENCIAL CIENTÍFICO	<input type="text" value="Reduzido"/>
VALOR HISTÓRICO	<input type="text" value="Reduzido"/>	INTERESSE PÚBLICO	<input type="text" value="Médio"/>
VALOR ETNOGRÁFICO	<input type="text" value="Médio"/>	GRAU DE CONSERVAÇÃO	<input type="text" value="Médio"/>

AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO			
MAGNITUDE DO IMPACTE	<input type="text" value="Reduzido"/>	ÁREA SUJEITA A IMPACTE	<input type="text" value="ZE"/>
CARÁTER DE IMPACTE	<input type="text" value="Indirecto"/>	TIPO DE IMPACTE	<input type="text" value="Permanente"/>
PROBABILIDADE	<input type="text" value="Muito provável"/>	FASE DE OCORRÊNCIA	<input type="text" value="Construção"/>
NÍVEL DE CONDICIONANTE	<input type="text" value="1"/>	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	<input type="text" value="E"/>

AFA <small>ARQUEOLOGIA</small>	N.º INVENTÁRIO <input type="text" value="5"/>	Sobreequipamento do Parque Eólico de Arga – 2ª Fase	O.P. <input type="text" value="5"/>	DATA <input type="text" value="25/10/2019"/>			
LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	Viana do Castelo, Viana do Castelo, Montaria		LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	<input type="text" value="41.816161"/> <input type="text" value="-8.695662"/> <input type="text" value="768m"/>			
TOPÓNIMO	<input type="text" value="Penedo das Couves"/>	MICROTOPÓNIMO	<input type="text"/>	PROPRIETÁRIO	<input type="text"/>	CNP	<input type="text" value="28"/>
CLASSIFICAÇÃO	<input type="text"/>	DECRETO LEI	<input type="text"/>	ESTADO CONSERVAÇÃO	<input type="text"/>		

CARATERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	
CATEGORIA	<input type="text" value="Etnográficas"/>
TIPO DE SÍTIO	<input type="text" value="Mina"/>
CRONOLOGIA	<input type="text" value="Contemporâneo"/>
CONTEXTO GEOLÓGICO	<input type="text" value="Granitos"/>
TOPOGRAFIA	<input type="text" value="Cerro – topo"/>
VISIBILIDADE	<input type="text" value="Diluída na paisagem"/>
CONTROLO VISUAL	<input type="text" value="Controlo condicionado"/>
VEGETAÇÃO	<input type="text" value="Arbustos ou mato denso"/>
USO DO SOLO	<input type="text" value="Baldio"/>
FONTES	<input type="text" value="Bibliográfica"/>
AMEAÇAS	<input type="text" value="Construção"/>
MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS	<input type="text" value="Ausência"/>
DISPERSÃO DOS MATERIAIS	<input type="text"/>
TIPO DE DISPERSÃO	<input type="text"/>
ACESSIBILIDADE	<input type="text" value="Caminho de pé posto"/>
TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	<input type="text"/>
BIBLIOGRAFIA	<input type="text" value="Prosistemas 2001"/>
LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJETO	<input type="text" value="190m a Este do caminho para a A015 – alternativa 1"/>

DESCRIÇÃO	<input type="text" value="Mina a céu aberto, com canal escavado no afloramento rochoso. O desmonte tem cerca de 15m de comprimento e 1m de largura."/>		
-----------	--	--	--

CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL			
VALOR ARQUEOLÓGICO	<input type="text" value="Sem interesse"/>	REPRESENTATIVIDADE	<input type="text" value="Reduzido"/>
VALOR ARQUITETÓNICO	<input type="text" value="Sem interesse"/>	POTENCIAL CIENTÍFICO	<input type="text" value="Reduzido"/>
VALOR HISTÓRICO	<input type="text" value="Reduzido"/>	INTERESSE PÚBLICO	<input type="text" value="Médio"/>
VALOR ETNOGRÁFICO	<input type="text" value="Médio"/>	GRAU DE CONSERVAÇÃO	<input type="text" value="Médio"/>

AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO			
MAGNITUDE DO IMPACTE	<input type="text" value="Reduzido"/>	ÁREA SUJEITA A IMPACTE	<input type="text" value="ZE"/>
CARÁTER DE IMPACTE	<input type="text" value="Indirecto"/>	TIPO DE IMPACTE	<input type="text" value="Permanente"/>
PROBABILIDADE	<input type="text" value="Pouco provável"/>	FASE DE OCORRÊNCIA	<input type="text" value="Construção"/>
NÍVEL DE CONDICIONANTE	<input type="text" value="1"/>	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	<input type="text" value="E"/>

AFA <small>ARQUEOLOGIA</small>	N.º INVENTÁRIO <input type="text" value="6"/>	Sobreequipamento do Parque Eólico de Arga – 2ª Fase	G.P. <input type="text" value="6"/>	DATA <input type="text" value="25/10/2019"/>
LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	<input type="text" value="Viana do Castelo, Viana do Castelo, Montaria"/>		LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	<input type="text" value="41.813522"/> <input type="text" value="-8.693790"/> <input type="text" value="791m"/>
TOPÓNIMO	<input type="text" value="Porta do Lobo"/>	MICROTOPÓNIMO	<input type="text"/>	PROPRIETÁRIO
CLASSIFICAÇÃO	<input type="text"/>	DECRETO LEI	<input type="text"/>	CNP <input type="text" value="28"/>
	<input type="text"/>		<input type="text"/>	ESTADO CONSERVAÇÃO

CARATERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	
CATEGORIA	<input type="text" value="Etnográficas"/>
TIPO DE SÍTIO	<input type="text" value="Abrigo"/>
CRONOLOGIA	<input type="text" value="Contemporâneo"/>
CONTEXTO GEOLÓGICO	<input type="text" value="Granitos"/>
TOPOGRAFIA	<input type="text" value="Cerro – topo"/>
VISIBILIDADE	<input type="text" value="Diluída na paisagem"/>
CONTROLO VISUAL	<input type="text" value="Controlo visual total"/>
VEGETAÇÃO	<input type="text" value="Vegetação rasteira"/>
USO DO SOLO	<input type="text" value="Baldio"/>
FONTES	<input type="text" value="Bibliográfica"/>
AMEAÇAS	<input type="text" value="Construção"/>
MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS	<input type="text" value="Ausência"/>
DISPERSÃO DOS MATERIAIS	<input type="text"/>
TIPO DE DISPERSÃO	<input type="text"/>
ACESSIBILIDADE	<input type="text" value="Caminho de pé posto"/>
TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	<input type="text"/>
BIBLIOGRAFIA	<input type="text" value="Prosistemas 2001"/>
LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJETO	<input type="text" value="120m a Este do caminho para a A015 – alternativa 1"/>

DESCRIÇÃO



Abrigo natural resultante do deslocamento de uma laje granítica, proporcionando um espaço de secção piramidal. A entrada é visível um pequeno murete

CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL			
VALOR ARQUEOLÓGICO	<input type="text" value="Sem interesse"/>	REPRESENTATIVIDADE	<input type="text" value="Reduzido"/>
VALOR ARQUITETÓNICO	<input type="text" value="Sem interesse"/>	POTENCIAL CIENTÍFICO	<input type="text" value="Reduzido"/>
VALOR HISTÓRICO	<input type="text" value="Reduzido"/>	INTERESSE PÚBLICO	<input type="text" value="Médio"/>
VALOR ETNOGRÁFICO	<input type="text" value="Médio"/>	GRAU DE CONSERVAÇÃO	<input type="text" value="Médio"/>

AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO			
MAGNITUDE DO IMPACTE	<input type="text" value="Reduzido"/>	ÁREA SUJEITA A IMPACTE	<input type="text" value="ZE"/>
CARÁTER DE IMPACTE	<input type="text" value="Indirecto"/>	TIPO DE IMPACTE	<input type="text" value="Permanente"/>
PROBABILIDADE	<input type="text" value="Pouco provável"/>	FASE DE OCORRÊNCIA	<input type="text" value="Construção"/>
NÍVEL DE CONDICIONANTE	<input type="text" value="1"/>	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	<input type="text" value="E"/>

AFA <small>ARQUEOLOGIA</small>	N.º INVENTÁRIO <input type="text" value="7"/>	Sobreequipamento do Parque Eólico de Arga – 2ª Fase	G.P. <input type="text" value="7"/>	DATA <input type="text" value="25/10/2019"/>
LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	<input type="text" value="Viana do Castelo, Viana do Castelo, Montaria"/>		LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	<input type="text" value="41,816161"/> <input type="text" value="-8,695662"/> <input type="text" value="768m"/>
TOPÓNIMO	<input type="text" value="Porta do Lobo"/>	MICROTOPÓNIMO	PROPRIETÁRIO	<input type="text" value="CNP 28"/>
CLASSIFICAÇÃO	<input type="text"/>	DECRETO LEI	ESTADO CONSERVAÇÃO	<input type="text"/>

CARATERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	
CATEGORIA	<input type="text" value="Etnográficas"/>
TIPO DE SÍTIO	<input type="text" value="Cruz"/>
CRONOLOGIA	<input type="text" value="Contemporâneo"/>
CONTEXTO GEOLÓGICO	<input type="text" value="Granitos"/>
TOPOGRAFIA	<input type="text" value="Cerro – topo"/>
VISIBILIDADE	<input type="text" value="Diluída na paisagem"/>
CONTROLO VISUAL	<input type="text" value="Controlo visual total"/>
VEGETAÇÃO	<input type="text" value="Vegetação rasteira"/>
USO DO SOLO	<input type="text" value="Baldio"/>
FONTES	<input type="text" value="Prospecção"/>
AMEAÇAS	<input type="text" value="Construção"/>
MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS	<input type="text" value="Ausência"/>
DISPERSÃO DOS MATERIAIS	<input type="text"/>
TIPO DE DISPERSÃO	<input type="text"/>
ACESSIBILIDADE	<input type="text" value="Caminho de pé posto"/>
TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	<input type="text"/>
BIBLIOGRAFIA	<input type="text" value="Inédito"/>
LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJETO	<input type="text" value="110m a Este do caminho para a A015 – alternativa 1"/>

	
DESCRIÇÃO <input type="text" value="Pequena cruz em ferro, com cerca de 0,6m de altura"/>	

CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL			
VALOR ARQUEOLÓGICO	<input type="text" value="Sem interesse"/>	REPRESENTATIVIDADE	<input type="text" value="Reduzido"/>
VALOR ARQUITETÓNICO	<input type="text" value="Sem interesse"/>	POTENCIAL CIENTÍFICO	<input type="text" value="Reduzido"/>
VALOR HISTÓRICO	<input type="text" value="Reduzido"/>	INTERESSE PÚBLICO	<input type="text" value="Médio"/>
VALOR ETNOGRÁFICO	<input type="text" value="Médio"/>	GRAU DE CONSERVAÇÃO	<input type="text" value="Médio"/>

AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO			
MAGNITUDE DO IMPACTE	<input type="text" value="Reduzido"/>	ÁREA SUJEITA A IMPACTE	<input type="text" value="ZE"/>
CARÁTER DE IMPACTE	<input type="text" value="Indirecto"/>	TIPO DE IMPACTE	<input type="text" value="Permanente"/>
PROBABILIDADE	<input type="text" value="Pouco provável"/>	FASE DE OCORRÊNCIA	<input type="text" value="Construção"/>
NÍVEL DE CONDICIONANTE	<input type="text" value="1"/>	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	<input type="text" value="E"/>

AFA <small>ARQUEOLOGIA</small>	N.º INVENTÁRIO <input type="text" value="8"/>	Sobreequipamento do Parque Eólico de Arga – 2ª Fase	G.P. <input type="text" value="8"/>	DATA <input type="text" value="25/10/2019"/>			
LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	Viana do Castelo, Viana do Castelo, Montaria		LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	<input type="text" value="41.813953"/> <input type="text" value="-8.692411"/> <input type="text" value="772m"/>			
TOPÓNIMO	<input type="text" value="Porta do Lobo"/>	MICROTOPÓNIMO	<input type="text"/>	PROPRIETÁRIO	<input type="text"/>	CNP	<input type="text" value="28"/>
CLASSIFICAÇÃO	<input type="text"/>	DECRETO LEI	<input type="text"/>	ESTADO CONSERVAÇÃO	<input type="text"/>		

CARATERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL	
CATEGORIA	<input type="text" value="Etnográficas"/>
TIPO DE SÍTIO	<input type="text" value="Abrigo"/>
CRONOLOGIA	<input type="text" value="Contemporâneo"/>
CONTEXTO GEOLÓGICO	<input type="text" value="Granitos"/>
TOPOGRAFIA	<input type="text" value="Cerro – topo"/>
VISIBILIDADE	<input type="text" value="Diluída na paisagem"/>
CONTROLO VISUAL	<input type="text" value="Controlo visual total"/>
VEGETAÇÃO	<input type="text" value="Arbustos ou mato denso"/>
USO DO SOLO	<input type="text" value="Baldio"/>
FONTES	<input type="text" value="Prospecção"/>
AMEAÇAS	<input type="text" value="Construção"/>
MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS	<input type="text" value="Ausência"/>
DISPERSÃO DOS MATERIAIS	<input type="text"/>
TIPO DE DISPERSÃO	<input type="text"/>
ACESSIBILIDADE	<input type="text" value="Sem acesso"/>
TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	<input type="text"/>
BIBLIOGRAFIA	<input type="text" value="Inédito"/>
LOCALIZAÇÃO FACE AO PROJETO	<input type="text" value="220m a Este do caminho para a A015 e à mesma distancia a Norte da A015 – alternativa 1"/>

DESCRIÇÃO:

CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL			
VALOR ARQUEOLÓGICO	<input type="text" value="Sem interesse"/>	REPRESENTATIVIDADE	<input type="text" value="Reduzido"/>
VALOR ARQUITETÓNICO	<input type="text" value="Sem interesse"/>	POTENCIAL CIENTÍFICO	<input type="text" value="Reduzido"/>
VALOR HISTÓRICO	<input type="text" value="Reduzido"/>	INTERESSE PÚBLICO	<input type="text" value="Médio"/>
VALOR ETNOGRÁFICO	<input type="text" value="Médio"/>	GRAU DE CONSERVAÇÃO	<input type="text" value="Médio"/>

AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO			
MAGNITUDE DO IMPACTE	<input type="text" value="Reduzido"/>	ÁREA SUJEITA A IMPACTE	<input type="text" value="ZE"/>
CARÁTER DE IMPACTE	<input type="text" value="Indirecto"/>	TIPO DE IMPACTE	<input type="text" value="Permanente"/>
PROBABILIDADE	<input type="text" value="Pouco provável"/>	FASE DE OCORRÊNCIA	<input type="text" value="Construção"/>
NÍVEL DE CONDICIONANTE	<input type="text" value="1"/>	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	<input type="text" value="E"/>

ANEXO II – REGISTO FOTOGRÁFICO



1 Localização de caminho de acesso à A015 oeste



2 Localização da A015 oeste



3 Localização de caminho de acesso à A015 este



4 Localização da A015 este



5 OP1



6 OP2



7 OP3



8 OP4



9 OP5



10 OP6



11 OP7



12 OP8

ANEXO III – CÓPIA DO OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS

11/10/19

Falt.
02-10-2019

200217 (556)



REPÚBLICA
PORTUGUESA
CULTURA

CULTURA
NORTE

Assunto : PATA (Prospecção) - Estudo de Impacto Ambiental do sobreequipamento do Parque Eólico de Arga (2.ª fase), Viana do Castelo

Requerente : Artur Jorge Rodrigues Fontinha

Local : Parque Eólico de Arga Caminha e Viana do Castelo

Servidão

Administrativa :

Inf. n.º: 5-2019/504064 (C.S.:1383185)

N.º Proc.: DRP-DS/2003/16-02/10522/PATA/13873 (C.S.:195105)

Cód. Manual

Data Ent. Proc.: 06/09/2019

Aprovo

7.10.19

David José da Silva Ferreira
Diretor de Serviços

Director de Serviços dos Bens Culturais, David José da Silva Ferreira a 01/10/2019

Proponho autorização. À DGPC.

DRCN - 10522

CS: 1378661

O pedido de autorização em apreciação reporta-se a uma prospecção arqueológica a realizar no âmbito do Relatório do Descritor de Património Cultural do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do projeto "Sobreequipamento do Parque Eólico de Arga - 2ª Fase", em fase de projeto de Execução.

A área em estudo localiza-se no distrito e concelho de Viana do Castelo, freguesia de Montaria.

O projeto de Sobreequipamento do Parque Eólico de Arga - 2ª Fase, será avaliado em fase de estudo prévio, e contempla a instalação de 1 aerogerador, de 2,39 MW de potência nominal, com duas alternativas de localização, ambas na freguesia da Montaria, no concelho de Viana do Castelo. A ligação à rede elétrica é feita na subestação do próprio parque eólico através dos ramais existentes. O atual parque eólico é composto por 14 aerogeradores, localizados na União das freguesias de Arga (Baixo, Cima e São João), no concelho de Caminha.

DRCN - Direção Regional de Cultura do Norte: Praça da Carneira - 5000-580 - VILA REAL - Tel: +351 250 330 770 - Fax: +351 250 330 779

geral@culturanorte.pt

www.culturanorte.pt

DSBC - Direção de Serviços dos Bens Culturais: Casa de Ramalde, R. Igreja de Ramalde, nº 1, 4149 - 011 PORTO Tel: +351 226 197 090 Fax: +351 226 179 386

dsbc.dsbc@culturanorte.pt

www.culturanorte.pt

Página 1 de 2



Este pedido de autorização reporta-se à caracterização da atual situação de referência para o descritor Património, na área abrangida pelo projeto.

O Pedido de autorização em apreço é da responsabilidade do Dr. Artur Jorge Rodrigues Fontinha, e foi submetido via Portal do Arqueólogo no dia 04/09/2019 e recebido em 06.09.2019, encontrando-se assim adequadamente instruído.

O PATA em análise apresenta um breve estudo histórico e estado atual do conhecimento existente sobre aquela área, indicando a metodologia a seguir no âmbito do estudo de caracterização da situação de referência, e encontra-se em conformidade com os termos de referência para o descritor património em estudos de impacte ambiental solicitado pela tutela. Relembramos que o PDM de Viana do Castelo possui uma carta arqueológica atualizada, pelo que deverá ser um instrumento de trabalho de referência, para além do seu Gabinete de Arqueologia.

Analisada a documentação, consideramos que a mesma reúne condições para ser autorizado.

À Consideração Superior,
Porto, 26.09.2019
A Técnica Superior
Anabela Lebre

ANEXO IV – FICHA DE SÍTIO

Ficha de Sítio/Trabalho Arqueológico
(para acompanhar o relatório)

Sítio Arqueológico

Designação

Sobreequipamento do Parque Eólico de Arga – 2ª Fase

Distrito Concelho

Freguesia Lugar

C.M.P. 1:25.000 folha n.º Altitude (m)

Coordenada X Coordenada Y

Tipo de sítio *

Período cronológico *

Descrição do sítio (15 linhas)

O projeto de Sobreequipamento do Parque Eólico de Arga – 2ª Fase, será avaliado em fase de estudo prévio, e contempla a instalação de 1 aerogerador, de 2,39 MW de potência nominal, com duas alternativas de localização, ambas na freguesia da Montaria, no concelho de Viana do Castelo. A ligação à rede elétrica é feita na subestação do próprio parque eólico através dos ramais existentes. O atual parque eólico é composto por 14 aerogeradores, localizados na União das freguesias de Arga (Baixo, Cima e São João), no concelho de Caminha.

Bibliografia

ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de (1990) - Protohistória e romanização da bacia inferior do Lima. In Estudos Regionais. Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais, 78, p. 304.
ALMEIDA, C. A. F. (1987), Alto Minho. Lisboa
ALVES, L. (1985), Caminha e seu concelho. Caminha
BARROCA, Mário Jorge (2000). Epigrafia Medieval Portuguesa (8621422). Tesxtos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000. BA: P1/Bar.

Proprietários

Classificação *

Decreto

Estado de conservação * Uso do solo *

Ameaças * Protecção/Vigilância *

* Preencher de acordo com a lista do *Thesaurus* do ENDOVÉLICO. Essa lista poderá ser consultada em: www.igespar.pt

Acessos

Estradão

Descrição do Espólio

Neste estudo não foram identificados vestígios de materiais arqueológicos.

Local de depósito

Trabalho Arqueológico Anual

Arqueólogo responsável Artur Fontinha

Tipo de trabalho * Prospeccção

Datas: de início 04.10.19 de fim 08.10.19 duração (em dias) 4

Projecto de Investigação

Objectivos (10 linhas)

Este relatório pretende efectuar a caracterização da área de intervenção em termos geográficos, paisagísticos, históricos e arqueológicos, e a sua integração num contexto mais alargado, neste caso, a delimitação da freguesia a que pertence a área do projecto em questão, de forma a assegurar a salvaguarda de todos os vestígios de interesse patrimonial identificados. Neste âmbito foram analisadas as áreas de implantação. Neste Relatório consta um parecer sobre a necessidade de se proceder ao Acompanhamento Arqueológico, ou à necessidade de se implementar quaisquer Intervenções Arqueológicas de Registo Científico em todas as zonas afectas à empreitada.

Resultados (15 linhas)

No estudo foram identificadas 8 ocorrência Patrimonial de carater etnográfico dentro da área de incidência directa e indirecta. As Ocorrências Patrimoniais 1, 2, 3 e 4 na área de incidência directa e as Ocorrências Patrimoniais 5, 6, 7 e 8 na área de incidência indirecta. Em termos gerais o projeto tem uma condicionante arqueológica de nível 2: Impacte Compatível - Por princípio, não resulta em condicionantes ao desenvolvimento do projeto, devendo, mesmo assim, ter o devido acompanhamento arqueológico de obras. É assim proposta como medida de minimização geral: Prospeccção sistemática da área de escavação antes e depois de se proceder à desmatação até se atingir o substrato rochoso ou os níveis minerais dos solos removidos e acompanhamento Arqueológico de todas as ações de revolvimento de terras até ao substrato rochoso ou arqueologicamente estéril na área do projeto, incluindo as zonas de empréstimo, vazadouro e estaleiro. Todas as zonas de estaleiro, vazadouro e empréstimo, a serem utilizadas durante o projeto, deverão ser prospectadas pelo arqueólogo responsável pelo acompanhamento arqueológico da obra. Deve ter-se em conta que, devido à extensão do projeto, sempre que existam duas ou mais máquinas de remoção de terras a trabalhar ao mesmo tempo e no espaço de mais de 20m entre ambas, deverá existir um segundo Arqueólogo / Técnico de Arqueologia de forma a assegurar esse trabalho. Deverão ser realizados Relatórios de Progresso / Notas Técnicas - sempre que necessário / solicitado pelo dono de obra ou pela tutela - e um Relatório Final. Este relatório deverá incluir um estudo sumário / caracterização do espólio recolhido. Como medida de minimização das Ocorrências Patrimoniais 1, 2, 4, 5, 6, 7 e 8 recomenda-se a Medida de classe E - Sinalização e vedação com recurso a fita sinalizadora da Ocorrência Patrimonial quando aplicável com afectação indirecta para que não sofra nenhum tipo de afectação directa pela circulação de pessoas e maquinaria. É ainda recomendado o levantamento gráfico e fotográfico exaustivo. Como medida de minimização da Ocorrência Patrimonial 3 recomenda-se a Medida de classe D - Prospeccção sistemática de toda a área de afectação da Ocorrência Patrimonial antes e depois de se proceder à desmatação até se atingir o substrato rochoso ou os níveis minerais dos solos removidos e acompa-

* Preencher de acordo com a lista do *Thesaurus* do ENDOVÉLICO. Essa lista poderá ser consultada em: www.igespar.pt

ANEXO V – DESENHOS TÉCNICOS



<p>AFA PROJETO "Sobreequipamento do Parque Eólico de Arga – 2ª Fase"</p>		
<p>DESCRIÇÃO E SIMBOLOGIA Excerto da "Carta Militar de Portugal" (1999), Serviço Cartográfico do Exército, Folha nº 27 e 28</p>		<p>■ Caminho de acesso ■ OP ■ Estaleiro</p>
<p>N</p>	<p>CLIENTE PROCESL – ENGENHARIA HIDRÁULICA E AMBIENTAL, LDA</p>	<p>ACRÓNIMO PEA2.19</p>
	<p>ESCALA 1/25000</p>	<p>DESENHADOR Artur Fontinha</p>
<p>ESTE DESENHO É PROPRIEDADE DA AFA E É CONFIDENCIAL, PELO QUE NÃO PODE SER ALTERADO OU COMUNICADO A TERCEIROS SEM A SUA AUTORIZAÇÃO ESCRITA.</p>		<p>DESENHO 01 DATA 03.09.19 FOLHA 1/1</p>



AFA		PROJETO "Sobreequipamento do Parque Eólico de Arga – 2ª Fase"	
DESCRIÇÃO E SIMBOLOGIA		<ul style="list-style-type: none"> ■ Caminho de acesso ● OP ■ Estaleiro 	
ORTOFOTO			
	CLIENTE PROCESL – ENGENHARIA HIDRÁULICA E AMBIENTAL, LDA	ACRÓNIMO PEA2.19	
	ESCALA 0,0M ————— 578,0M	DESENHADOR Artur Fontinha	
<small>ESTE DESENHO É PROPRIEDADE DA AFA E É CONFIDENCIAL, PELO QUE NÃO PODE SER ALTERADO OU COMUNICADO A TERCEIROS SEM A SUA AUTORIZAÇÃO ESCRITA.</small>		DESENHO 02	DATA 08.10.19 FOLHA 1/1



AFA	PROJETO "Sobreequipamento do Parque Eólico de Arga – 2ª Fase"		
DESCRIÇÃO E SIMBOLOGIA		■ Caminho de acesso	■ Visibilidade nula
Ortofoto com a Visibilidade do terreno		■ OP	■ Visibilidade parcial
		■ Estaleiro	■ Visibilidade boa
N ○	CLIENTE PROCESL – ENGENHARIA HIDRÁULICA E AMBIENTAL, LDA	ACRÓNIMO PEA2.19	
	ESCALA 0,0M 1.157.0M	DESENHADOR Artur Fontinha	
ESTE DESENHO É PROPRIEDADE DA AFA E É CONFIDENCIAL, PELO QUE NÃO PODE SER ALTERADO OU COMUNICADO A TERCEIROS SEM A SUA AUTORIZAÇÃO ESCRITA.		DESENHO 03	DATA 08.10.19 FOLHA 1/1